

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL
CURSO DE MESTRADO

IMPACTOS DAS BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE AS
EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA BRASILEIRA

Paula Maria Pato Martino

CAMPO GRANDE, MS
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL
CURSO DE MESTRADO**

**IMPACTOS DAS BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE AS
EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA BRASILEIRA**
IMPACTS OF COMERCIAL BARRIERS ON EXPORTS OF BRAZILIAN
BEEF MEAT

Paula Maria Pato Martino

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Carneiro Brumatti

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul, como requisito à obtenção do
título de Mestre em Ciência Animal.
Área de concentração: Produção
Animal.

CAMPO GRANDE, MS
2019

Dedicatória

Dedico esta dissertação a todos os profissionais do agronegócio, em especial os Zootecnistas, que acreditam na força e importância da profissão e que contribuem, diariamente, para que a produção animal seja cada vez mais eficiente e sustentável e que, desta forma, o Brasil possa ser um grande fornecedor de alimentos para o mundo todo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador, por estar nesta vida e que, graças a esta oportunidade tenho chances de me tornar um ser Humano mais consciente e evoluído;

Ao meu pai, Antonio, que mesmo não estando mais presente fisicamente, mantém em mim os ensinamentos que me permitiu valorizar o trabalho e que me ensinou a importância da organização e produtividade;

À minha mãe, Maria Edwiges, que me ensinou a amar o conhecimento e que nunca é tarde para continuar aprendendo;

Ao meu amado esposo Renan, por ser meu parceiro de todos as horas e que fundou comigo o maior empreendimento da nossa vida: a nossa família;

Às minhas filhas, Ana Luiza e Isadora, que me mostraram que eu tinha em mim muito mais do que poderia imaginar e que me ensinam, diariamente, a ser mais forte, mais empática e mais feliz;

À minha irmã, Mariana, que esteve ao meu lado em todos os momentos de minha, independente da distância;

Aos meus tios e tias, sempre presentes, amigos e incentivadores do meu trabalho. Em especial, Tia Mary, que dedicou seu precioso tempo em cuidar de mim e da minha família nos momentos em que mais precisamos;

Aos meus queridos amigos, cunhados e cunhadas, que se tornaram parte da minha família, por todo amor e momentos alegres;

Aos parceiros de profissão, que me ensinaram tanto e que contribuíram para que eu estivesse hoje desenvolvendo um trabalho cheio de amor e propósito;

Ao meu orientador professor Dr. Ricardo Carneiro Brumatti por liderar com gentileza e firmeza, por contribuir com meu desenvolvimento profissional e compartilhar conhecimentos que foram essenciais para minha formação;

Aos demais professores da graduação, na Universidade Estadual de Maringá e da pós-graduação, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que foram essenciais para minha formação profissional;

Ao programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela oportunidade de realização do curso;

A ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina, pelo fornecimento dos dados de exportação utilizados para a elaboração deste trabalho.

Epígrafe

*O segredo consiste em preparar os dias futuros com antecipação,
Semeando hoje o que anelamos colher amanhã.
Assim, saboreamos com antecipação o prazer que nos proporciona
A gestação consciente do nosso futuro.*

*Sabedoria Logosófica
Carlos Bernardo González Pecotche*

Resumo

MARTINO, P.M.P. Impactos das barreiras comerciais sob as exportações de carne bovina brasileira. 2019. 63f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2019.

A partir do ano 2000, em decorrência da estimulação e modernização da pecuária bovina, o Brasil foi crescendo e ano após ano foi se tornando o maior exportador de carne bovina do mundo. Entre os anos de 2004 (ano do surto de febre aftosa) a 2017 os principais parceiros comerciais brasileiros foram União Europeia, Rússia e Hong Kong, sendo a Rússia o parceiro de maior impacto no período estudado. Apesar do crescimento ocorrido nos últimos anos, muitos entraves comerciais marcaram a exportação de carne bovina brasileira. Esses entraves comerciais estão ligados principalmente à questão do acesso do produto brasileiro a mercados estrangeiros, onde a negociação de quotas e tarifas, a eliminação ou diminuição de subsídios em países importadores ou concorrentes e a celebração de acordos internacionais de comércio são vitais para a consolidação dos mercados atuais e a ampliação da participação do Brasil no mercado mundial de carnes. O Brasil possui vantagens competitivas em relação à produção de carne bovina. Contudo, muitos países preocupados com a segurança alimentar de seus consumidores e a saúde de seus animais, vêm utilizando a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias contra comércio internacional. Com isso, os surtos de febre aftosa causaram uma insegurança nas relações comerciais, além de instabilidade para o setor, restringindo o acesso da carne bovina brasileira ao mercado internacional. Visto isso, o objetivo desta dissertação é apontar os principais embargos sofridos pelo Brasil desde o ano de 2004 até o ano de 2017, bem como os principais impactos que esses embargos acarretaram para o país.

Palavras-chave: barreiras sanitárias, embargos, febre aftosa, balança comercial, acordo SPS.

Abstract

MARTINO, P.M.P. Impacts of comercial barriers on exports of Brazilian beef meat. 2019. 63f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2019.

As a result of the stimulation and modernization of cattle ranching, since the year 2000 Brazil has grown and, year after year, has become the largest exporter of beef in the world. Between 2004 (year of the outbreak of foot-and-mouth disease) and 2017, Brazil's main trading partners were the European Union, Russia and Hong Kong, with Russia having the greatest impact in the period studied. Despite the growth in recent years, many trade barriers have marked the export of Brazilian beef. These trade barriers are mainly related to the issue of the access of Brazilian product to foreign markets, where the negotiation of quotas and tariffs, the elimination or reduction of subsidies in importing or competing countries, and the conclusion of international trade agreements are vital for the consolidation of markets and the expansion of Brazil's participation in the world meat market. As a result of the stimulation and modernization of cattle ranching, since the year 2000 Brazil has grown and, year after year, has become the largest exporter of beef in the world. Brazil has competitive advantages with respect to beef production. However, many countries concerned about the food safety of their consumers and the health of their animals, have been imposing sanitary and phytosanitary barriers against international trade. As a result, outbreaks of foot-and-mouth disease have caused insecurity in trade relations, as well as instability for the sector, restricting the access of Brazilian beef to the international market. Given this, the objective of this review is to point out the main embargoes suffered by Brazil since 2004 until 2017, as well as the main impacts that these embargoes have had on the country.

Keywords: sanitary barriers, embargoes, foot and mouth disease, trade balance, SPS agreement.

Lista de figuras

Figura 1	Valor (mil US\$) e volume (mil ton) de carne bovina brasileira exportada entre os anos de 2004 e 2017.....	32
Figura 2	Evolução das exportações brasileiras de carne bovina por categoria, entre os anos de 2004 e 2017.....	32
Figura 3	Evolução das importações de carne bovina pelos principais clientes entre 2004 e 2017.....	33
Figura 4	Evolução das exportações de carne bovina brasileira ao mercado russo durante período do embargo ocorrido entre set/04 a mar/05.....	34
Figura 5	Evolução das exportações de carne bovina brasileira ao mercado russo durante período do embargo ocorrido entre dez/05 a dez/07.....	35
Figura 6	Evolução das exportações de carne bovina brasileira ao mercado russo durante período do embargo ocorrido entre jun/11 a mar/05.....	36

Lista de tabelas

Tabela 1 - Embargos russos à carne brasileira ocorridos em Setembro/2004, Dezembro/2005 e Junho/2011.....	34
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. A importância da carne bovina brasileira para o mundo.....	1
2. A regulação do comércio internacional e os acordos comerciais.....	5
2.2 GATT.....	5
2.3 Protecionismo.....	7
2.4 Barreiras não tarifárias	10
2.4.1 Quotas de importação.....	11
2.4.2 Barreiras Técnicas.....	12
2.4.3 Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias.....	13
2.4.4 Subsídios.....	14
2.4.5 Direito Antidumping.....	17
2.5 Barreiras Tarifárias.....	18
3. Impactos das barreiras sob o comércio mundial de carne bovina.....	19
4. A importância do mercado Russo para o Brasil.....	20
Referências.....	23
Resumo.....	28
Abstract.....	29
Introdução.....	30
Material e Métodos.....	30
Resultados e Discussão.....	31
Conclusões.....	51
Referências.....	53

INTRODUÇÃO

Até o ano 2000, as exportações brasileiras de carne bovina representavam um mercado secundário, uma vez que grande parte do que era produzido no país era absorvido pelo mercado interno (JUNQUEIRA, 2006). A partir do ano 2000, a modernização da pecuária bovina foi estimulada, em consequência da abertura dos mercados e da integração econômica, tornando-a mais competitiva internacionalmente (SIMÕES & FERREIRA, 2000).

No final da década de 90 e início dos anos 2000, juntamente com a abertura dos mercados internacionais e implantação do Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) pela Organização Mundial do Comércio (OMC), inúmeras leis e regulamentações internacionais sofreram transformações com a finalidade de atender as expectativas do consumidor final, cada vez mais exigentes com relação à segurança e qualidade dos alimentos (JUNQUEIRA, 2006).

Desde então, o governo brasileiro sempre atuou defendendo o livre comércio e a eliminação de subsídios por parte dos países envolvidos nas negociações internacionais. Entretanto, a imposição de tarifas, quotas-tarifárias e subsídios somadas a imposição de barreiras sanitárias ainda têm sido aplicadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o objetivo de proteger seus mercados. Consequentemente, ao mesmo tempo em que o Brasil se tornou um dos grandes exportadores mundiais de carne bovina, diversas barreiras tarifárias e não tarifárias foram impostas, acarretando em um grande desafio para o país e com isso limitando o desempenho do setor exportador de carne bovina e também do segmento pecuário (FILHO & CORONEL, 2016).

Visto isso, o objetivo desta revisão é apontar os principais embargos sofridos pelo Brasil desde o ano de 2004 até o ano de 2017, bem como os principais impactos que esses embargos acarretaram para o país.

1. A importância da carne bovina brasileira para o mundo

Em 2004, a carne bovina desossada congelada foi a principal mercadoria exportada, entretanto, o Brasil atingiu o patamar de maior exportador de carne bovina devido a crescente exportação de carne bovina in natura. Neste mesmo ano, o país exportou para mais de 100 países, gerou mais de US\$ 2,5 bilhões de dólares e tinha Rússia, União Europeia e Chile como os principais clientes (Associação das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC, 2005; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2007).

35 O ano de 2005 foi marcado por um surto de febre aftosa detectado nos estados de
36 Mato Grosso do Sul e Paraná. Em estudo realizado por Garcia et al. (2015), onde foram
37 investigados os impactos causados pelo surto de febre aftosa, bem como o cumprimento do
38 Princípio da Regionalização do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e
39 Fitossanitárias (SPS) pelos países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC),
40 verificou-se que a doença causou grande impacto nas exportações de Mato Grosso do Sul e
41 Paraná. Os grandes importadores da carne brasileira (Estados Unidos, Japão, México, Rússia,
42 Países Baixos, Egito, Itália, Reino Unido, França, Alemanha e Espanha) mantiveram as
43 exportações de carne bovina provenientes de outros estados brasileiros, mas embargaram a
44 carne proveniente do Mato Grosso do Sul e Paraná e respeitaram, portanto, o Princípio da
45 Regionalização do Acordo SPS (GARCIA et al., 2015).

46 Apesar da perda do mercado russo em consequência do surto de febre aftosa em 2005,
47 no ano de 2006, o Brasil obteve crescimento no número de países importadores em
48 consequência dos esforços realizados pelas indústrias exportadoras, as quais trabalharam a
49 padronização de produtos, melhorias no processo de distribuição da carne no exterior e devido
50 aos programas de divulgação da carne brasileira em feiras internacionais (PEROBELLI,
51 2007).

52 Por não atender os requisitos de processo de rastreabilidade exigido pela União
53 Europeia, com o objetivo de identificar todos os pontos do processo produtivo, incluindo
54 ações em prol da sanidade do rebanho brasileiro, bem como visando garantia de origem e
55 segurança alimentar, somada à crise econômica ocorrida em 2008, o Brasil sofreu mais um
56 embargo, o que prejudicou tanto o volume de vendas quanto o rendimento financeiro dos
57 negócios externos em 2009 e a receita com as exportações de carne bovina atingiu 4,15
58 bilhões de dólares, contra 5,41 bilhões do ano anterior, representando queda de 23%
59 (PEIXOTO, 2008).

60 Apesar da Rússia ter sido o mais importante importador de carne bovina brasileira nos
61 anos de 2008, 2009 e 2010, a participação iraniana no mercado brasileiro se tornou de grande
62 importância para o resultado das exportações brasileiras pelo fato do Irã importar carne
63 bovina “in natura” com maior valor agregado. Enquanto a Rússia, líder nas importações de
64 carne brasileira, pagou US\$ 2.967 por tonelada de carne, os iranianos pagaram US\$ 3.926 por
65 tonelada, 32% a mais e se tornaram o segundo maior importador de carne bovina brasileira
66 (ABIEC, 2010).

67 De acordo com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
68 (MDIC), as exportações brasileiras totais de carne bovina em 2010 ficaram 1% abaixo do

69 volume exportado em 2009. No entanto, a expectativa era que o Brasil exportasse maior
70 volume em 2010, com a recuperação da economia de uma maneira geral ao redor do globo,
71 mas alguns fatores acabaram interferindo nos resultados. Um dos mais importantes foi a
72 paralisação das exportações de carne industrializada para os Estados Unidos por quase oito
73 meses. Isso refletiu em recuo de 23% no volume exportado, na comparação com 2009
74 (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, 2010)

75 Neste ano, os Estados Unidos (EUA) detectaram níveis do vermífugo Ivermectina
76 acima do permitido e em consequência disso a carne industrializada foi embargada pelos EUA
77 durante 7 meses, período no qual as indústrias frigoríficas e produtores de gado levaram para
78 se adaptar e regulamentar ações, alicerçadas pelo Ministério da Agricultura, para garantir a
79 ausência de resíduos do vermífugo à carne exportada (MARTINS et al., 2011).

80 O ano de 2012 foi marcado pelo recorde histórico das exportações de carne bovina
81 brasileira. Os números mostraram que a exportação atingiu US\$ 5,77 bilhões, marca superior
82 ao ano de 2008, que havia registrado até então a maior exportação com US\$ 5,41 bilhões
83 (ABIEC, 2012).

84 Um dos principais motivos que contribuíram para o recorde histórico nas exportações
85 de carne bovina em 2012 foi a redução no rebanho bovino dos Estados Unidos. Por causa do
86 forte abate de fêmeas nos anos anteriores, os Estados Unidos registraram em 2012 o menor
87 rebanho dos últimos 50 anos, conseqüentemente, as exportações brasileiras de carne bovina
88 foram ampliadas nos mercados dominados até então pelos norte-americanos, como Rússia e
89 Oriente Médio (International Federation of Animal Health - IFAH, 2012).

90 O Brasil abateu um maior número de bovinos em 2013, com 34,4 milhões de cabeças.
91 O resultado foi 10,6% superior ao desempenho do ano anterior, quando foram abatidas 31,1
92 milhões de cabeças. Também em 2013, a produção de carcaças de bovinos alcançou seu
93 segundo recorde consecutivo na série histórica, com 8,1 milhões de toneladas, 11,1% mais
94 alto que o recorde anterior, de 7,4 milhões de toneladas (MAPA, 2014).

95 Em 2014, ocorreu novo recorde com faturamento acima de US\$ 7,17 bilhões. Para que
96 esse resultado expressivo fosse atingido, fatores positivos como a manutenção do status
97 sanitário, a perenidade da oferta do produto para atender diferentes mercados, forte e contínua
98 atuação conjunta do setor privado e do governo para reverter embargos, além da parceria com
99 importantes mercados como Hong Kong, Rússia e Venezuela, que continuaram liderando as
100 importações de carne bovina brasileira Além disso, houve retomada de importantes mercados,
101 como a China, Irã e Egito que suspenderam o embargo feito em 2012, após notificação de
102 BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina) no Paraná e Mato Grosso (ABIEC, 2014).

103 As exportações brasileiras de carne bovina fecharam o ano de 2015 com faturamento
104 de US\$ 5,82 bilhões e volume embarcado de 1,36 milhão de toneladas. O resultado foi
105 inferior a 2014, quando a exportação chegou ao recorde histórico com 1,54 milhão de
106 toneladas. A queda foi resultado de problemas conjunturais que afetaram negativamente
107 alguns grandes mercados do Brasil, como Rússia, Hong Kong e Venezuela (ABIEC, 2016;
108 United States Department Agriculture - USDA, 2015).

109 O ano de 2016 foi de extrema importância ao Brasil devido a habilitação de diversas
110 plantas frigoríficas à exportação de carne bovina in natura aos EUA e pelos primeiros
111 embarques do produto ao país. Além disso, Hong Kong, China e Egito continuaram figurando
112 como maiores importadores de carne bovina brasileira. Entretanto, houveram quedas de 8%
113 no faturamento e de 1% no volume exportado (ABIEC, 2017)

114 Segundo levantamento do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) realizado
115 em abril de 2017, os Estados Unidos ainda são responsáveis por 19,6% do total produzido
116 mundialmente e o Brasil por 15,42%. Entretanto, o Brasil continua superando os Estados
117 Unidos no total exportado representando 20,11% do mercado mundial contra 19,85% da Índia
118 e 12,30% dos Estados Unidos (USDA, 2017).

119 O Brasil se insere na gama de países em desenvolvimento que são dependentes do
120 setor primário agroexportador para suas trocas no mercado mundial. Devido à grande
121 disponibilidade de terras em abundância, clima favorável, mão de obra não qualificada, e
122 também ao desenvolvimento histórico nacional, a agropecuária brasileira se tornou um dos
123 pilares de sustentação das exportações brasileiras mais forte. Ele é o segundo maior produtor
124 de carne bovina do mundo, e lidera o ranking de maior exportador desde o ano de 2008,
125 estima-se que a exportação crescerá em torno de 2,15% a.a. nos próximos anos, é também, o
126 maior produtor e exportador de café, açúcar, etanol, soja e suco de laranja, o terceiro maior
127 exportador de algodão, o terceiro maior produtor e exportador de milho (MAPA, 2016).

128 Por essa razão, o Brasil é um dos países que sofrem com as práticas protecionistas não-
129 tarifárias dos países desenvolvidos, que concorrem predatoriamente no setor industrial, e
130 protegem massivamente sua produção agropecuária.

131 O Brasil vem liderando o bloco dos países agroexportadores em desenvolvimento nas
132 rodadas de negociações da OMC por ser o maior deles, sendo uma das maiores economias do
133 mundo (LIMA CAMPOS, 2015).

134

2. A regulação do comércio internacional e os acordos comerciais

Logo após o fim da Segunda Guerra mundial foi criado um acordo entre alguns países com a finalidade de resolver conflitos de maneira mais pacífica, ou mais diplomática. Tendo como base o diálogo, o acordo criado para solucionar conflitos comerciais foi o Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade - GATT), cujo primeiro acordo assinado se deu em 1947 e que, com a evolução das negociações, se tornou em 1995, a OMC, órgão destinado a solução de conflitos de comércio internacional a ao estabelecimento de regras para seu funcionamento, e cujas especificidades históricas são apresentadas neste capítulo (KRUGMAN & OBSTFELD, 2010).

2.1 GATT (General Agreement on Tariffs and Trade)

O GATT foi criado em 1944, nos EUA, e assinado em 1947 com a finalidade de estreitar as relações comerciais entre os países, que estavam abaladas após o longo período da Segunda Guerra mundial. Até hoje, o GATT passou por oito rodadas de negociações (mais a rodada de Doha, lançada em 2001, que ainda não foi efetivamente concluída). As rodadas de negociações são discussões engajadas pelos países signatários da OMC com finalidade de reduzir as tarifas de importação e aumentar abertura dos mercados (MDIC, 2016).

Essas reduções tarifárias obtidas nas rodadas foram cruciais para a evolução do cenário do comércio internacional ao longo do século XX. Porém, com essas diminuições nas barreiras tarifárias, os países signatários foram desenvolvendo mecanismos cada vez mais sofisticados na aplicação das barreiras não tarifárias. Nas primeiras rodadas, ocorridas de 1947 a 1961, foi discutida, exclusivamente, a questão da redução tarifária. A partir da rodada de Kennedy, (6ª rodada, 1964-1967) já foi obtido grande sucesso na redução das barreiras tarifárias e, foi a primeira rodada na qual foram incluídas questões relacionadas às barreiras comerciais não tarifárias e problemas relacionados ao comércio de produtos agrícolas (GONÇALVES et al., 2006).

Até 1990 o GATT contava com 116 países signatários e mais de 30 países que seguiam a maior parte de suas normas. Disso resultou que até 1994, as normas do GATT fossem aplicadas em aproximadamente 80% do comércio internacional (COLARES, 2000).

Durante a rodada do Uruguai, (8ª, 1986-1994) obtiveram-se maiores conquistas no campo do livre comércio, especialmente de produtos agrícolas, pois uma de suas principais metas era a redução de subsídios para esse setor. Porém, apesar de esta rodada ter inserido a agricultura na discussão da liberalização da atividade comercial, as conquistas foram ainda muito tímidas, pois, segundo Galvão, Abreu e Pimentel (2015), após oito anos da rodada do

169 Uruguai não se chegou a efetivar a liberalização comercial para a agricultura e o setor de
170 serviços. Tais negociações foram consideradas as mais amplas sobre questões econômicas já
171 realizadas até a data em questão, cobrindo uma extensa gama de assuntos, alguns deles
172 extremamente sensíveis (REGO, 1996).

173 A partir da rodada do Uruguai, a agricultura foi inserida às normas do GATT e seu
174 acordo agrícola apresentou um resultado de redução dos subsídios, do apoio doméstico aos
175 produtores, redução de todas as tarifas e a tarifação de barreiras antes não tarifárias e o acesso
176 às quotas mínimas para produtores antes bloqueados por proibições (THORSTENSEN, 2001).

177 De acordo com Gonçalves et al. (2006), outra medida importante estabelecida no
178 GATT foi que:

179 “Ficou acordado também que um país não pode aplicar níveis
180 tarifários superiores àqueles definidos ou adotar medidas equivalentes
181 a um aumento de tarifa sem oferecer compensação aos seus parceiros
182 comerciais prejudicados.”

183

184 Foi também após a rodada do Uruguai que foi criada, efetivamente, a OMC
185 (Organização Mundial do Comércio), a qual tem como função facilitar a aplicação das regras
186 do comércio internacional. A última rodada (Doha) foi iniciada em 2001 e ainda não foi
187 concluída, não conseguiu atingir seu objetivo principal a respeito da generalização dos
188 acordos de comércio. Os países desenvolvidos comercializam, em sua maioria, por meio de
189 acordos preferenciais e aplicam subsídios agrícolas que vêm em crescimento substancial. As
190 tarifas médias aplicadas à agricultura ainda são muito superiores àquelas aplicadas à indústria
191 principalmente para produtos que são de interesse brasileiro, como o açúcar e as carnes
192 (GALVÃO et al., 2015).

193 Conforme Lima-Campos (2015), “as posições de negociação dessas nações em nível
194 multilateral se tornam mais resistentes a mudanças e menos propícias a um acordo
195 multilateral.” Cientes dos vários desequilíbrios gerados após a rodada do Uruguai no campo
196 da agricultura, dentre outros, houve um aumento no *gap* econômico entre os países
197 desenvolvidos e os emergentes, pois, a rodada estabeleceu obrigações ambiciosas nos campos
198 de interesse dos países de primeiro mundo e em contrapartida estabeleceu acordos muito
199 tímidos nas áreas de interesse dos países em desenvolvimento. Os países agroexportadores
200 iniciaram a rodada de Doha com grandes expectativas para o setor, o que tem sido o grande
201 impasse para o fim da rodada de Doha (LIMA-CAMPOS, 2015).

202 Com a meta de não aceitar as injustiças que vêm sendo cometidas com os países em
203 desenvolvimento nas últimas rodadas, estes têm tido posições incisivas durante a rodada de
204 Doha acerca do protecionismo dos países desenvolvidos no campo da agricultura, o que tem
205 travado o desfecho da rodada já que o outro lado das negociações se recusa a ceder
206 (GALVÃO et al., 2015).

207

208 **2.2 Protecionismo**

209 A história do GATT/OMC começou com as tarifas alfandegárias ao comércio,
210 agora, após oito rodadas de negociações com drásticas reduções nos direitos aduaneiros, a
211 evolução dos estudos econômicos e das tecnologias de produção modificando o entendimento
212 do conceito de vantagens comparativas, surge uma nova maneira de proteção ao produtor e ao
213 consumidor interno, muito mais administrativa e cada vez mais sofisticada que têm afetado
214 principalmente os países em desenvolvimento e produtores de bens primários. As tarifas extra
215 cotas, medidas de salvaguarda, direitos antidumping, direitos compensatórios dentre outros
216 são medidas adotadas por todos os países não apenas para proteger sua produção interna, mas
217 também como forma de arrecadação extra. O grande problema é quando todos esses direitos à
218 soberania do país acabam se pretexto para, de certa maneira, burlar as normas de livre
219 comércio da OMC (VALE, 2016).

220 Questões como a preocupação da sociedade com a segurança e qualidade dos produtos
221 e também com o meio ambiente faz surgir muitas normas, padrões e requisitos de produção,
222 os quais acabam se tornando barreiras ao fluxo de mercadorias. É preciso encontrar o
223 equilíbrio entre a proteção dos interesses nacionais e a obrigação de não criar obstáculos ao
224 comércio internacional, por essas razões é que as barreiras não tarifárias são mais importantes
225 e muito mais difíceis de eliminar do que as tarifárias (AMARAL, 2012).

226 Conforme discorrido por Lamy (2014), o GATT foi alicerçado no princípio da
227 reciprocidade, implicando em um tratamento diferenciado e preferencial a países em
228 desenvolvimento. Sob a justificativa que países industrialmente desenvolvidos têm maior
229 facilidade em lidar com a abertura comercial, a teoria permite que países em desenvolvimento
230 se beneficiem da abertura comercial por meio de preços diferenciados até que esse seja capaz
231 de seguir na competitividade internacional sem esse tipo de ajuda.

232 Porém, até que ponto um país é considerado em desenvolvimento? O Brasil, por
233 exemplo, mesmo sendo uma potência comercial entre os países em desenvolvimento, é um
234 dos países mais protecionistas do mundo, em 2013 o governo americano acusou o Brasil de
235 ter criado “uma nova forma de protecionismo” com sua política de incentivos fiscais. Foi

236 também em 2013, que o Brasil aumentou as tarifas de importação para mais de cem linhas
237 tarifárias (AMARAL, 2012).

238 Outra questão é até que ponto as normas do GATT negligenciam a importância das
239 políticas dos países em desenvolvimento para a estabilidade do comércio. Por exemplo, um
240 aumento dos preços das commodities agrícolas pode fazer com que um país agroexportador
241 restrinja suas exportações para evitar um processo inflacionário, como a Argentina até pouco
242 fazia com a produção agropecuária (BEEFPOINT, 2013).

243 Os países desenvolvidos já começaram a aplicar técnicas para restringir os impactos
244 das políticas comerciais dos grandes países em desenvolvimento sobre suas economias. A
245 União Europeia, por exemplo, se utiliza dos dados do Banco Mundial sobre PIB e renda para
246 diferenciar os países que farão parte de seu Sistema Geral de Preferências com tarifas
247 reduzidas e cotas maiores. O Brasil fazia parte do SGP europeu até final de 2013, com os
248 últimos dados do Banco Mundial ele foi excluído da lista preferencial para dar lugar a países
249 mais necessitados (COMISSÃO EUROPEIA (CE), 2015).

250 Medidas como a da União Europeia citada acima, fazem parte do novo protecionismo,
251 que nada mais são que mecanismos criados pelos países desenvolvidos para burlar essa
252 liberação quase que total dos direitos aduaneiros a países em desenvolvimento. Segundo
253 Lamy (2014), a média ponderada dos direitos aduaneiros sobre o comércio é hoje inferior a
254 5%, enquanto o custo das restrições administrativas é atualmente duas vezes maior que o
255 custo dos direitos aduaneiros.

256 Porém, essas práticas protecionistas dos países em desenvolvimento retornam à
257 condição de deslealdade comercial tão discutida nas rodadas de negociações do GATT, com o
258 adendo que apenas os países desenvolvidos têm confiança e condições financeiras para tais
259 práticas. Os países em desvantagem têm apertado seus orçamentos para tentar fazer frente à
260 concorrência desleal, porém sem jamais conseguirem atingir o patamar adequado e gerando
261 ainda mais desequilíbrios em suas economias internas (LIMA-CAMPOS, 2015).

262 Nações hoje industrializadas que obtiveram seu desenvolvimento econômico através
263 de práticas extremamente nacionalistas, pregam nas discussões dentro das rodadas da OMC
264 discursos liberais e os defendem. Ao mesmo tempo abusam de práticas protecionistas para
265 proteger a produção interna, principalmente de produção agropecuária, de países que, como o
266 Brasil, crescem dentro do cenário do comércio internacional alicerçados nas práticas de
267 liberalização comercial acordadas no âmbito da OMC (DANI, 2009).

268 Essa dicotomia se alonga, dificultando, por exemplo, o fechamento da Rodada de
269 Doha que defronta um posicionamento muito mais incisivo de países em desenvolvimento

270 como os do G20, hoje grandes potências econômicas. Quanto maior o valor agregado do
271 produto comercializado, maior a proteção, se o produto for dirigido ao consumidor final,
272 maior a proteção, o que se torna mais um empecilho ao desenvolvimento da produção
273 industrial e tecnológica dos países em desenvolvimento que não conseguem competir com os
274 produtos vindos das nações industrializadas. A dependência da economia dos países
275 emergentes da comercialização de commodities e produtos do setor primário aumenta ainda
276 mais o poder de barganha das grandes nações, que conseguem planejar suas decisões
277 comerciais referidas na sazonalidade do nível de produção e de atividade de suas economias
278 (FONSECA et al., 1999).

279

280 **2.3 Barreiras não tarifárias**

281 Existem vários tipos de barreiras não tarifárias, algumas delas reguladas a nível global,
282 enquanto outras advêm de acordos multilaterais ou bilaterais, visando objetivos sociais,
283 ecológicos, sanitários e de segurança. Defende-se a utilização de barreiras comerciais como
284 fator protetor à indústria nascente até que essa seja capaz de produzir em patamar de
285 igualdade no mercado internacional e, preservando assim, o nível de emprego (MAPA, 2016).

286 Porém, muitas dessas indústrias, ou produções do setor agropecuário, nunca vão ser
287 capazes de seguir na competitividade internacional com suas próprias pernas. Isso devido a
288 condições climáticas, limites territoriais, modelo de economia vigente, preço e especialização
289 da mão-de-obra local, valores culturais, legislação, políticas fiscais e etc. Daí surge os setores
290 da economia que gozam de proteções comerciais eternas por vários motivos, dentre eles,
291 cidades que se desenvolveram ao redor de determinado segmentos e agora são dependentes
292 dessa atividade econômica, manutenção do nível de emprego, políticas públicas para
293 movimentar o nível de atividade econômica, interesses políticos e inúmeros outros
294 (KRUGMAN & OBSTFELD, 2010).

295 São inúmeras as medidas possíveis de proteção adotadas pelos países em prol de seu
296 mercado interno. Como discorrem Contini & Talamini (2005), a União Europeia, por
297 exemplo, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, impõe diversas: tarifas sazonais
298 atreladas ao seu nível de produção agrícola; medidas de apoio ao produtor europeu como, por
299 exemplo, subsídios à produção e tarifação livre dentro de todo território europeu e restrições
300 fitossanitárias minuciosas às importações.

301 As tarifas sazonais são atreladas a sazonalidade da produção agrícola europeia. Se a
302 produção está em alta e suprindo o mercado interno, as tarifas ou medidas protecionistas
303 impostas são maiores. O contrário também é verdadeiro, se a produção interna não supre a

304 demanda do mercado, as medidas impostas são menores e podem chegar a zero. Os
305 produtores e exportadores de laranja brasileiros sofrem muito os impactos das tarifas sazonais
306 europeias (MAPA, 2016).

307 As barreiras não tarifárias, em seu sentido mais amplo, representam 70% das barreiras
308 comerciais segundo estimativa de economistas do Banco Central, e após a crise de 2008 elas
309 têm se intensificado visando a manutenção do emprego e no nível de produção das indústrias
310 internas (AMARAL, 2012).

311 Este trabalho aborda algumas das barreiras de maior relevância e impacto para as
312 exportações brasileiras, porém, é preciso salientar, que existem inúmeras outras, como as
313 burocráticas. Essa abordagem traz uma definição muito ampla, e podem incluir inúmeras
314 maneiras de uma país dificultar a entrada de produtos em seu território através de burocracias
315 das mais diversas. Existem também as barreiras como a necessidade de conteúdo local ou até
316 mesmo a aquisição preferencial de bens nacionais pelo poder público, por mais que estes
317 sejam mais caros que os importados. Outras barreiras não-tarifárias são as medidas
318 compensatórias em seu sentido mais amplo, medidas de salvaguarda e os subsídios de crédito
319 (KRUGMAN & OBSTFELD, 2010).

320 As medidas de salvaguarda são um mecanismo utilizado quando o súbito aumento da
321 importação de um produto cause prejuízos graves aos produtores domésticos. São aplicados
322 temporariamente até que o segmento consiga recuperar sua competitividade (FONSECA,
323 2004).

324

325 **2.3.1 Quotas de importação**

326 Segundo Salvatore (2000), uma das barreiras comerciais mais importantes, a quota é
327 uma restrição direta a quantidade de uma commodity a ser importada. As quotas têm sido
328 muito usadas pelas nações desenvolvidas para proteção de suas indústrias ou para questões
329 acerca do balanço de pagamentos, já os países emergentes utilizam-se das quotas mais para
330 proteção do segmento agropecuário.

331 As quotas de importação são instrumentos de proteção muito voláteis e mutáveis, no
332 caso da União Europeia, por exemplo, elas são distribuídas em conformidade com a demanda
333 dos operadores a cada três anos e estão sujeitas ao sistema de licenças de importação. As taxas
334 de importação podem ser suspensas se houver qualquer desequilíbrio na produção do mercado
335 interno. As importações dentro das quotas não estão livres de tarifação, a diferença é que
336 qualquer negociação comercial que exceda as quotas paga tarifas exorbitantemente maiores
337 (CONTINI & TALAMINI, 2005).

338 Dados de 2011 das políticas comerciais da União Europeia mostram que as
339 importações até o limite das quotas de carne bovina de alta qualidade são taxadas em 20%,
340 enquanto para as extra cotas a tarifa incidente é de 12,8% mais € 3.041/t ou 176,7%. Dados do
341 mesmo ano para a Rússia mostram que as tarifas dentro da quota para importação de carne in
342 natura fresca ou congelada eram de 15%, já para extra cotas eram de 60% (SILVA et al.,
343 2011).

344 Ainda segundo Silva; Triches & Malafaia (2011) as quotas estabelecidas para a
345 comercialização normalmente são substancialmente abaixo da demanda excedente à produção
346 interna, e têm a finalidade de manter os preços dos produtos no mercado interno altos para
347 que os produtores locais consigam manter-se no mercado. Os consumidores europeus, por
348 exemplo, pagam muito caro pelo consumo de carne bovina e já se mostraram insatisfeitos
349 com determinadas políticas protecionistas europeias.

350

351 **2.3.2 Barreiras Técnicas**

352 As barreiras técnicas são especificidades exigidas em determinados produtos para que
353 eles possam adentrar em um determinado mercado consumidor. Porém, para serem
354 consideradas barreiras, essas exigências têm que, de alguma forma, dificultar a entrada de
355 produtos importados no país. Essas barreiras podem desde impedir ou retardar a exportação
356 de bens e serviços até produzir custos adicionais às empresas e aos seus países de origem
357 (GARRIDO, 2003).

358 As normas e regulamentos em seu sentido primitivo não são barreiras técnicas per se,
359 mas podem vir a se tornar devido a vários motivos, como, a falta de transparência da regra, ou
360 à imposição de procedimentos que muito retarda ou encarece a produção, ou por serem
361 excessivamente rigorosos (FONSECA et al., 1999).

362 O conceito de barreiras técnicas é muito amplo, pode, por vezes, contemplar também
363 normas industriais de segurança, embalagens e de mídia, podem incluir inclusive, na sua
364 concepção, normas de medidas sanitárias e fitossanitárias (GARRIDO, 2003).

365 Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC) (2016), os principais aspectos
366 do Acordo Sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), que se aplicam a todos os produtos,
367 inclusive os industriais e agrícola, excluídos os serviços, são:

- 368 • Tratamento de produto nacional para os produtos similares internacionais;
- 369 • Compromisso de que os regulamentos técnicos não sejam preparados, adotados
370 ou aplicados com a finalidade de criar obstáculos desnecessários ao comércio:

371 para tal, os regulamentos técnicos devem limitar o comércio ao mínimo
372 necessário para atingir um objetivo legítimo;

- 373 • Objetivos legítimos de um regulamento técnico são definidos como aqueles
374 que se relacionam com os requisitos de segurança nacional, de prevenção de
375 práticas desleais de comércio, de proteção da saúde e de segurança humana, de
376 proteção da saúde animal e vegetal e de proteção do meio ambiente;

377 Há barreiras técnicas que não são exigidas pelas autoridades legislativas a rigor, mas
378 são impostas pelo mercado. Seja por fatores culturais ou pelo hábito, o mercado consumidor
379 final acaba exigindo determinadas normas. Por mais que essas não sejam normas impostas
380 pelo governo, se a empresa quiser um espaço adequado nesse mercado, elas se tornam uma
381 exigência de fato (MDIC, 2002).

382

383 **2.3.3 Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias**

384 As medidas sanitárias ou fitossanitárias são para proteção da saúde das pessoas,
385 animais ou plantas de um determinado país contra ameaças externas. Essas medidas incluem
386 leis, decretos, regulamentos, requerimentos e procedimentos que definem critérios para
387 produtos, processos e métodos de produção. A barreira sanitária visa proteger a sanidade
388 humana e animal de riscos oriundos de contaminação, aditivos, toxinas, agrotóxicos, doenças
389 infecciosas e etc. Já uma medida fitossanitária objetiva a proteção das plantas e das frutas de
390 doenças e pestes (COSTA, 2008).

391 Durante a rodada de negociações do Uruguai foi assinado o Acordo sobre Aplicação
392 de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS), que regula a aplicação de medidas
393 sanitárias e fitossanitárias no comércio multilateral. O acordo legitima exceções ao livre
394 comércio, as quais podem ser utilizadas pelos membros da OMC quando houver necessidade
395 de proteger a vida e a saúde, porém, sem que os países utilizem desse artifício para criar
396 barreiras ao livre comércio (MAPA, 2017a).

397 O Brasil tem constantes problemas com aplicação de restrições sanitárias por parte de
398 vários países como os da União Europeia por exemplo, que não importam carne suína
399 brasileira sob alegação de risco sanitário e também restringe as importações de carne bovina
400 in natura devido ao caso de febre aftosa ocorrido no Pará no ano de 2004. Por essa mesma
401 razão o Brasil já sofreu sanções Russas, e sofre até hoje de países da América do Norte,
402 especificamente os que compõem o NAFTA que negam acesso da carne bovina brasileira aos
403 seus mercados (GALLI et al, 2004).

404 O Brasil está dentro da área livre de doenças ou pragas, reconhecido pelo acordo sobre
405 aplicação de medidas sanitárias da OMC, conhecido como princípio da regionalização,
406 princípio pelo qual um país é considerado com as demais regiões de seu território livres de
407 uma determinada doença por mais que a mesma tenha ocorrido em um local específico.
408 Porém vários países signatários não reconhecem esse acordo como por exemplo, Estados
409 Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Tailândia, Austrália e o Japão (MAPA, 2017b).

410 Não se sabe até que ponto esses países estão sobre utilizando o artifício fitossanitário
411 para dificultar a inserção da carne bovina brasileira em seus mercados, pois, coincidência ou
412 não, dentre eles estão quatro dos maiores produtores de carne bovina do mundo.
413 (INTERNATIONAL BEEF ALLIANCE, 2016).

414 Mas sabe-se também que o Brasil precisa recuperar sua credibilidade no quesito da
415 sanidade animal perante o mercado internacional, pois com procedimentos sanitários
416 comprovadamente confiáveis não há meios de sofrer restrições comerciais internacionais sem
417 que os outros países descumpram as regras estabelecidas e por eles assinadas no âmbito da
418 OMC (VALE, 2017).

419 Como bem observa Silva, Triches & Malafaia (2011), o Brasil precisa melhorar sua
420 cadeia produtiva para superar as barreiras técnicas produtivas e sanitárias, pois o país não
421 possui um sistema de rastreabilidade e certificação confiável, o que dificulta a abertura e/ou
422 ampliação dos mercados.

423 O investimento na manutenção dos programas de segurança alimentar acaba reduzindo
424 custos, através do aumento da eficiência produtiva e da credibilidade internacional que
425 representa uma fonte de vantagem comparativa (SILVA, 2016).

426

427

2.3.4 Subsídios

428 Subsídio é uma forma de intervenção governamental, caracterizada por transferências
429 de recursos a produtores, objetivando a redução dos custos de produção para competitividade
430 no mercado internacional, ou a compra de excedentes produtivos para manutenção dos preços
431 internamente, protegendo determinados setores de estrangulamento econômico (CASTELLI,
432 2013).

433 Os subsídios se tornam um tema controverso, pois muitos países em desenvolvimento
434 necessitam desse tipo de política protecionista para possibilitar a sua indústria, principalmente
435 a nascente, alguma chance de inserção no mercado internacional. Por esse motivo, uma
436 completa proibição dos subsídios não é desejável, pois pode constituir uma busca ao
437 incremento do bem-estar social das nações. Porém, muitos países desenvolvidos abusam desse

438 mecanismo para proteger setores nos quais eles não possuem vantagem comparativa, e o
439 principal deles é o setor agropecuário, os Estados Unidos e a União Europeia são os maiores
440 provedores de subsídios à agricultura do mundo (DAVANZO et al., 2018).

441 De acordo com a OCDE (2010), as práticas subsidiárias vêm distorcendo e muito o
442 comércio internacional, visto que os subsídios dos agricultores dos países desenvolvidos
443 representam uma quantia expressiva de suas rendas. E ressalta, que esse tipo de política por
444 parte dos países desenvolvidos impacta massivamente na economia dos países
445 subdesenvolvidos exportadores de produtos primários, com efeitos tanto nos preços dos seus
446 mercados domésticos quanto ao acesso por parte destes a terceiros mercados.

447 De acordo com o MDIC (2016), entende-se como subsídio a concessão de um
448 benefício que pode ser a existência, no país exportador, de qualquer forma de sustentação de
449 renda ou de preços que, direta ou indiretamente contribua para aumentar as exportações de
450 qualquer produto, ou ainda, a existência de contribuição financeira por parte de algum órgão
451 público no interior do país exportador. O MIDC distingue os subsídios entre proibidos,
452 acionáveis e não acionáveis.

- 453 • Subsídios acionáveis: são aqueles subsídios vinculados a desempenho exportador a
454 partir de uma entre várias condições, mesmo que não vinculada ao desempenho
455 exportador, estiver efetivamente vinculada a exportações ou a ganhos com
456 exportações; ou ainda vinculados ao uso preferencial de produtos domésticos em
457 detrimento de produtos estrangeiros, exclusivamente ou a partir de uma entre várias
458 condições.
- 459 • Subsídios não-acionáveis: não são sujeitos a medidas compensatórias por serem
460 concedidos para atividades específicas como de pesquisa, exceto quando relacionadas
461 a aeronaves civis, ou por estabelecimentos de pesquisa e de educação superior, se o
462 subsídio cobrir até o máximo de 75% dos custos da pesquisa industrial, ou 50% dos
463 custos das atividades pré-competitivas de desenvolvimento. O subsídio também é
464 considerado não-acionável se for para assistência da região desfavorecida ou, para
465 promover adaptação de instalações em operações há pelo menos dois anos antes do
466 estabelecimento de novas exigências ambientalistas impostas por lei ou regulamentos,
467 de que resultem maiores obrigações ou carga financeira sobre as empresas.
- 468 • Subsídios proibidos: aquele cuja concessão está vinculada, de fato ou de direito, ao
469 desempenho exportador do beneficiário, no seu processo produtivo de produtos
470 nacionais em detrimento dos estrangeiros. Os subsídios proibidos têm sua utilização
471 vedada em qualquer circunstância.

472 • Subsídios acionáveis são, por exclusão, todos aqueles específicos¹⁰ que não são
473 proibidos. Isto, não obstante, e exclusivamente para fins de aplicação de medidas
474 compensatórias, também os subsídios proibidos são acionáveis.

475 Dados do ASMC (Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias), negociado
476 durante a Rodada do Uruguai que quantifica as práticas mais distorcidas e as sujeitam ao
477 compromisso de redução que estão previstos na lista de concessões de cada Estado membro,
478 definem que os subsídios incluem transferências diretas de recursos, incentivos fiscais e
479 concessão de bens e serviços, e os subsídios específicos podem ser à produção ou à
480 exportação, sendo o primeiro proibido e o segundo acionável, incidindo tanto sobre os setores
481 da indústria como da agricultura (FONSECA, 2004).

482 Essa definição trazida pela ASMC é muito abrangente, o que acaba dando muita
483 abertura para a falta de discricionariedade por parte das nações na hora da utilização dos
484 subsídios, o que faz com que as nações intervenham em sua produção sem necessariamente
485 estar descumprindo os compromissos comerciais no âmbito da OMC (REIS, 2008).

486 Os subsídios agrícolas provocam queda nos preços internacionais e causam perdas
487 extraordinárias para os países que dependem da produção agrícola. Os países desenvolvidos
488 utilizam bem mais políticas subsidiárias do que os países em desenvolvimento devido a
489 elevada necessidade de capital para tal (SILVA et al., 2011).

490 A prática subsidiária é uma das pautas principais da atual Rodada de Negociações,
491 principalmente em razão da resistência da Europa e do governo norte americano em reduzi-la.
492 Os subsídios agrícolas são considerados sobre quatro categorias que incluem apoio doméstico,
493 subsídios à exportação, ajuda alimentar e benefícios auferidos por empresas estatais
494 (DANTAS, 2009).

495 As normas do GATT nas rodadas de negociações anteriores à do Uruguai
496 diferenciavam subsídios concedidos a produtos não-primários e a produtos primários. Os
497 subsídios à exportação de produtos industrializados foram claramente proibidos, enquanto que
498 aqueles direcionados à agricultura foram negligenciados, o que foi justificado pela dificuldade
499 relacionada à regulação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas. Sabe-se que a
500 concessão de subsídios é instrumento importante da PAC (Política Agrícola Comum)
501 europeia e que os Estados Unidos também abusam da concessão de subsídios a sua atividade
502 agropecuária. Por essa razão, autores como Melaku Desta (2002), consideram essa distinção
503 entre produtos industrializados e primários artificial, pois apenas atende aos interesses
504 políticos de alguns sem qualquer respaldo técnico.

505 A OMC acredita que os ganhos da liberalização comercial da agricultura se
506 estenderiam aos países desenvolvidos através da realocação dos recursos públicos destinados
507 aos produtores e pagos pela população. As vantagens comparativas que os países em
508 desenvolvimento possuem no que tange a produção agropecuária desestimula as nações mais
509 desenvolvidas à facilitarem a liberalização, o que gera constantes impasses às rodadas de
510 negociações (BRUNO, 2012).

511 Os subsídios permitem que produtores ineficientes “abocanhem” uma boa parte dos
512 ganhos de comércio internacional, e essa conta da ineficiência produtiva é paga pelos países
513 desenvolvidos através dos gastos públicos que poderiam estar melhor alocados, e também
514 pelos países subdesenvolvidos através da queda dos preços internacionais e do bem-estar de
515 sua sociedade (VALE, 2017).

516

517 **2.3.5 Direito *Antidumping***

518 *Dumping* à exportação é a prática de preços interacionais abaixo do praticado no
519 mercado interno da empresa exportadora. Esse artifício é geralmente utilizado por empresas
520 que possuem poder de mercado doméstico, e que conseguem compensar os custos do
521 dumping internacional com o aumento dos preços internos através de seu *Market share*, por
522 vezes a prática do *dumping* chega aos preços predatórios (SILVA, 2005).

523 Além de expulsar os concorrentes, a prática do dumping, desleal na concorrência
524 internacional, reduz artificialmente os preços internacionais, desestabilizando os mercados.
525 Quando os preços de mercado estão artificialmente desalinhados, estes sinalizam
526 erroneamente, impedindo investimentos, deslocando recursos necessários, reduzindo a
527 eficiência econômica e o bem-estar da sociedade (SANTACRUZ, 2014).

528 A prática do *dumping* é condenada no artigo VI do GATT, se este for responsável por
529 prejudicar ou ameaçar o desenvolvimento da indústria doméstica do país importador. A OMC
530 regulamenta o direito *antidumping*, que se dá pela aplicação de uma taxa equivalente à
531 margem do dumping apurado nas importações. De acordo com a OMC, os direitos
532 antidumping não podem ser aplicados de maneira injustificável ao comércio internacional, e
533 que somente podem ser utilizados contra o dumping quando este, causa ou ameaça causar
534 dano considerável à uma indústria (MDIC, 2018).

535 Por esses motivos, a aplicação de medidas *antidumping* são cruciais para a
536 organização do comércio dentro das regras internacionais. Razão pela qual as medidas
537 antidumping não podem ser consideradas práticas protecionistas, e sim corretivas, desde que

538 adequadas às normas da OMC, e para exclusiva defesa do equilíbrio do mercado internacional
539 (PARLAMENTO EUROPEU, 2018).

540

541 **2.4 Barreiras Tarifárias**

542 Para protegerem seus mercados, os países procuram utilizar vários mecanismos que
543 dificultem o acesso de mercadorias importadas, conhecidas como barreiras comerciais. A
544 maneira mais usual é a utilização de tarifas (INMETRO, 2009).

545 As barreiras tarifárias (BT's) são a forma mais utilizada de barreira comercial e são
546 vistas como a forma mais simples de um determinado país restringir parcial ou totalmente as
547 importações de outro país, visto que sua aplicação ocorre através de imposição de tarifas ou
548 taxas aos produtos os quais pretende-se exportar. As BT's podem ser classificadas em: a)
549 tarifas específicas: as quais consistem em um tributo incidente sobre as exportações efetuadas
550 por determinado país; b) tarifas ad valorem: são tributos impostos que incidem sobre um
551 percentual do produto importado; e c) tarifas mistas: tarifas impostas simultaneamente sobre o
552 valor exportado e sobre o percentual do produto importado, ao mesmo tempo (FILHO &
553 CORONEL, 2016).

554 A imposição de tarifas sobre o comércio de bens proporciona o aumento da receita e
555 tem como objetivo e efeito a proteção. Elas são criadas para estimular a produção nacional de
556 indústrias que concorrem com bens importados (JUNQUEIRA, 2006).

557 No sistema multilateral de comércio, as barreiras tarifárias foram objeto de diversas
558 rodadas negociadoras no GATT e na OMC, de modo que as tarifas de importação atualmente
559 aplicadas pelos principais *players* do comércio agrícola mundial tendem a ser relativamente
560 reduzidas (MRE, 2017).

561 Os processos atuais de liberalização dos mercados se pautam na eliminação gradativa
562 das barreiras tarifárias. Isto faz com que as considerações sobre barreiras não-tarifárias e,
563 dentre estas, aquelas sobre barreiras técnicas, ganhem cada vez mais importância nas análises
564 sobre as vantagens de promover o comércio exterior (INMETRO, 2009).

565

566 **3. Impactos das barreiras sob o comércio mundial de carne bovina**

567 O impacto que as BT's apresentam depende da condição que o país em questão
568 representa no cenário internacional. Se um país grande impor uma tarifa, os efeitos da BT
569 serão sentidos no preço do produto taxado internacionalmente e conseqüentemente, haverá
570 redução da demanda por importações bem como da oferta de exportações. Já quando a tarifa é
571 imposta por um pequeno país, o efeito internacional sobre o preço do produto é menor, no

572 entanto, dentro do próprio país haverá elevação de preços dos produtos importados e
573 consequentemente haverá a redução das importações (FILHO & CORONEL, 2016).

574 Ainda segundo Filho & Coronel (2016), apesar dos avanços nas regulamentações do
575 comércio internacional, coibir a aplicação das BNT's é uma tarefa muito complexa, uma vez
576 que, ao mesmo tempo que se conquistam avanços nas BT, as BNT's sem respaldo técnico e
577 científico aparecem de forma mais sutil e de difícil identificação. Sendo assim, as BNT's são
578 os mecanismos comerciais que mais restringem o fluxo de exportação entre os países.

579 No mercado da carne bovina, verificou-se que as notificações realizadas a partir do
580 instrumento de transparência do Acordo SPS/OMC é um dos produtos mais sujeitos a
581 medidas sanitárias. O que se verifica, de fato, é um grande número de medidas visando
582 restringir ainda mais a entrada e saída dos produtos. Parte significativa dessas medidas ainda
583 evidenciam a reação dos mercados aos eventos sanitários e esta reação envolve a criação dos
584 novos regulamentos sanitários, procedimentos de fiscalização e inspeção mais caros e
585 demorados, quarentenas mais estendidas, maior número de amostragens etc (GALLI &
586 MIRANDA, 2008).

587 Conforme estudado por Junqueira (2006) os principais problemas enfrentados pelas
588 indústrias produtoras de carne bovina em decorrência da aplicação de uma BNT, são: a) o
589 período insuficiente para adequação das novas normas; b) a incompatibilidade das exigências
590 do SPS com métodos de produção e comercialização domésticos prevaletentes; c) as
591 limitações na estrutura administrativa do próprio país para atender às exigências do SPS.

592 Ainda segundo Junqueira (2006), durante o período de 1995 a 2005, foram emitidas
593 612 notificações referentes à carne bovina *in natura* e industrializada onde os três principais
594 requerimentos notificados, que totalizaram 96%, foram provenientes das Medidas do Acordo
595 TBT, Agrícola e Medidas do Acordo SPS, com destaque para este último. Dentre o total de
596 notificações, 71% foram relativas ao acordo SPS e dentre os países analisados, os Estados
597 Unidos da América (EUA) foram responsáveis por 17% das notificações SPS emitidas
598 mundialmente, seguidos pela União Europeia (UE) com 11%. Este fato revela o
599 comportamento protecionista norte-americano que, como país individual, representa parcela
600 importante das notificações emitidas na OMC, relativas à carne bovina. Assim, os Estados
601 Unidos e a União Europeia atuam intensamente no âmbito das disputas sanitárias no Comitê
602 do SPS/OMC e as principais premissas para essas disputas são relativas às preocupações de
603 segurança do alimento e saúde animal.

604 Para o Brasil é de suma importância a ampliação da capacidade produtiva e
605 competitividade do setor de carne bovina, políticas de modernizações estruturais, criação de

606 instrumentos de prevenção (vacinação, fiscalização e controle), ampliação nas formas de
607 rastreabilidade e outros mecanismos que reduzam possíveis situações que desfavoreçam a
608 produção e exportações nos países (FILHO & CORONEL, 2016).

609 A abertura de mercados, a redução de tarifas alfandegárias, o aumento da eficiência na
610 produção das fazendas e a elevação da renda mundial tiveram importantes contribuições no
611 aumento de volume da carne bovina comercializada no mundo, nos últimos anos. Em resposta
612 a esse cenário, no Brasil, a pecuária bovina cada vez mais vem se modernizando, e tornando-
613 se mais competitiva nacional e internacionalmente. Entretanto, as barreiras tarifárias ou não
614 tarifárias e outras dificuldades impostas por certos blocos econômicos ao comércio
615 internacional de carne bovina, vêm retardando e diluindo a competência que alguns países
616 como o Brasil possuem na produção, na industrialização e na comercialização desse produto
617 (SILVA et al., 2011).

618

619 **4. A importância do mercado Russo para o Brasil**

620 A Rússia é um mercado com 143 milhões de habitantes, 12ª maior economia do
621 mundo e um dos principais parceiros comerciais do Brasil. No comércio com o mundo o país
622 ocupa a 14ª posição entre os destinos das exportações brasileiras. Em 2011, manteve-se como
623 o principal destino das vendas brasileiras para a Europa Ocidental, cerca de 81% do total
624 exportado para a região, o intercâmbio comercial neste ano alcançou US\$ 791 bilhões,
625 incremento de 33% em relação a 2010 (MRE, 2013).

626 A União Europeia figurava, tradicionalmente, como o principal parceiro comercial da
627 Rússia até 2013. Em 2014 com as desavenças políticas acerca anexação da região da Criméia
628 à Rússia, os produtos alimentícios europeus foram embargados e proibidos de serem
629 comercializados no mercado Russo, assim como os norte-americanos, canadenses,
630 australianos e noruegueses (LOSSAN & DAMARCOS, 2014).

631 Em março de 2010, os chefes dos Ministérios da Agricultura do Brasil, Rússia, Índia e
632 China (BRIC) assinaram acordo de cooperação para o aumento do volume de produtos
633 agrícolas entre os países e estabelecimento de um banco de dados de agricultura (MRE,
634 2013).

635 Em 2012, concluíram-se 18 anos de negociações e a Rússia aderiu à OMC, essa
636 adesão é vista como importante passo rumo à modernização do país, que trouxe vantagens
637 com a integração do tecido produtivo russo às cadeias as cadeias globais de maior valor
638 agregado. No plano internacional, a adesão tende a conferir maior previsibilidade e segurança
639 jurídica ao processo russo de importação (MRE, 2013).

640 A Rússia faz parte da União Aduaneira da Comunidade Econômica da Eurásia
641 juntamente com Cazaquistão e Belarus. A União passou a conceder a partir do dia 1º de julho
642 de 2010, tratamento tarifário preferencial, por meio de seu esquema do Sistema Geral de
643 Preferências, a alguns produtos importados de países beneficiários em desenvolvimento ou
644 subdesenvolvidos. A margem de preferência concedida aos produtos de países em
645 desenvolvimento como o Brasil é de 25% (MDIC, 2016).

646 A composição das exportações brasileiras para a Rússia é majoritariamente de
647 produtos básico (62%), seguida de semimanufaturados e manufaturados. Os principais
648 produtos exportados para a Rússia são carnes, suína, bovina e de frango, soja e seus
649 derivados, fumo, café, açúcar, amendoim e produtos da extração mineral (SECEX, 2016).

650 Em 2011, mais de 20% da carne e cerca de 70% do açúcar importados pela Rússia
651 procederam do Brasil. (MRE, 2016). A composição das importações brasileiras provenientes
652 da Rússia é majoritariamente de produtos manufaturados (65%), seguida de
653 semimanufaturados e básicos. Os principais produtos importados da Rússia são adubos,
654 borrachas, produtos para a indústria petrolífera e produtos químicos (SECEX, 2016).

655 Na composição das trocas comerciais da Rússia com o Brasil há similaridade com as
656 trocas com a União Europeia. O Brasil importa produtos industrializados e exporta produtos
657 do setor primário produtivo. Demonstrando, mais uma vez, a característica agroexportadora
658 do Brasil, típica de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (VALE, 2017).

659 A balança comercial brasileira com a Rússia é superavitária nos últimos 10 anos. No
660 período de 2006 a 2012 a diferença das exportações para as importações oscila entre 1,2 e 2,5
661 bilhões de dólares. No período de 2012 em diante essa diferença diminuiu, oscilando entre
662 243,5 mil e 812,7 mil dólares. As cifras relatadas demonstram a importância do mercado
663 russo para o comércio internacional brasileiro de carne bovina. Apesar de ter perdido o posto
664 de maior importador nos últimos anos para Hong Kong, a Rússia ainda é um dos principais
665 importadores e, devido a magnitude do seu mercado, apresenta potencial para aumento
666 significativo (SECEX, 2012).

667 Para compreendermos melhor como o Brasil se insere no mercado russo vamos
668 analisar a política do sistema tarifário russo. A Rússia possui uma regulamentação complexa
669 devido a sua estrutura financeira, tamanho de mercado e diversidade. Para importação de
670 alimentos a regulamentação é ainda mais restrita (MRE, 2013).

671 As alíquotas e o direitos aduaneiros são baseados na tarifa unificada da União
672 Aduaneira, em que uma alíquota específica é definida para cada código aduaneiro. Para
673 mercadorias importadas, aplicam-se alíquotas de 10% a 18% e a base tributável é, em geral,

674 estimada através do valor aduaneiro dos itens importados, dos direitos aduaneiros a pagar e
675 dos impostos sobre consumo a pagar para produtos nos quais se aplicam. Estes últimos variam
676 de 5 a 20% dos valores aduaneiros dos bens e alguns produtos específicos podem ser
677 calculados por volume, peso ou quantidade (MRE, 2013).

678 O Brasil goza de preferências dentro do Sistema Geral de Preferências - SGP (MDIC),
679 com desconto de 25% dos direitos aduaneiros em relação às taxas da Tarifa Aduaneira
680 Unificada. No geral os produtos brasileiros são favorecidos, com exceção de alguns embargos
681 temporários que ocorreram às importações de carne (MRE, 2013).

682 A Rússia tem buscado constantemente uma política de promoção do consumo de
683 produtos do mercado doméstico e as importações de carne são limitadas por cotas. Porém,
684 após a entrada da Rússia na OMC, iniciou-se um período de transição que pode durar até sete
685 anos para adaptação das tarifas às regras da OMC. Uma das condições para a entrada na OMC
686 foi a redução dos direitos aduaneiros de importação e a limitação do apoio do Estado para
687 algumas indústrias, essas mudanças podem acarretar aumento da concorrência do mercado
688 interno com produtos estrangeiros (MRE, 2013).

689

690 **REFERÊNCIAS**

691

692 AMARAL, M. K. do. **Do "novo protecionismo" ao "protecionismo privado": a atuação**
693 **da sociedade civil na regulação do comércio internacional.** Brasília: Apex-BRASIL,
694 2012.

695

696 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
697 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2005. Acesso em:
698 09/10/2017. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/anual-2005.pdf>

699

700 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
701 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2010. Acesso em:
702 09/10/2017. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/anual-2010.pdf>

703

704 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
705 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2012. Acesso em:
706 09/10/2017. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/anual-2012.pdf>

707

708 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
709 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2014. Acesso em:
710 09/10/2017. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/anual-2014.pdf>

711

712 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
713 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2016. Acesso em:
714 09/10/2017. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/anual-2016.pdf>

715

716 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
717 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2017. Acesso em:
718 09/10/2017. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/anual-2017.pdf>

719

720 BARROS, G. S. C et al. **SPS issues of agricultural trade in the Western Hemisphere.**
721 Piracicaba, May 2002. 66 p. (Report BID/CEPEA-ESALQ/USP).

722

723 BEEFPOINT. **Argentina: após anos de restrições, país busca recuperação nas**
724 **exportações de carne bovina.** 22 out. 2013. Disponível em:
725 <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/argentina-apos-anos-derestricoes-pais-busca-recuperacao-nas-exportacoes-de-carne-bovina/>>. Acesso em: 13
726 nov. 2018.

727

728
729 BRUNO, F. M. R; AZEVEDO, A. F. Z.; MASSUQUETI, A. **Os subsídios à agricultura no**
730 **comércio internacional: as políticas da União Europeia e dos Estados Unidos da**
731 **América.** Ciência Rural, Santa Maria, v.42, n.4, p.757-764, abr, 2012.

732

733 CASTELLI, J. R. **Uma análise evolucionária do processo de inserção da economia**
734 **brasileira nos paradigmas tecno-econômicos da produção em massa e da**
735 **tecnologia da informação.** Porto Alegre. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências
736 Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

737

- 738 CAVALCANTI, M. R. **Crise, Rússia e as exportações brasileiras em 2009**. BEEFPOINT,
739 2009. Disponível em: < [http://www.beefpoint.com.br/cadeiaprodutiva/editorial/crise-](http://www.beefpoint.com.br/cadeiaprodutiva/editorial/crise-russia-e-as-exportacoes-brasileiras-em-2009-50975/)
740 [russia-e-as-exportacoes-brasileiras-em-2009-50975/](http://www.beefpoint.com.br/cadeiaprodutiva/editorial/crise-russia-e-as-exportacoes-brasileiras-em-2009-50975/)>. Acesso em: 16 nov. 2018.
741
- 742 COMISSÃO EUROPEIA (CE). **The EU's Generalized Scheme of Preferences (GSP)**.
743 Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015.
744
- 745 CONTINI, E.; TALAMINI, D. **Carnes do Brasil? A União Europeia estremece!** Revista de
746 Política Agrícola, Brasília, n.1, p. 47-61, jan./fev./mar. 2005.
747
- 748 COLARES, J. F. **O Acordo Geral das Tarifas e Comércio (GATT) e a Organização**
749 **Mundial do Comércio (OMC)**. 2000. 29 f. Dissertação (Centro de Estudos de
750 Economia Regional) - CAEN - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
751
- 752 COSTA, G. C. **O Impacto das barreiras sanitárias e fitossanitárias no comércio**
753 **internacional: uma abordagem das relações internacionais entre Brasil e União**
754 **Europeia**. 2008. - Monografia (Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais -
755 Centro Universitário de Brasília) - UNICEUB, Brasília, 2008.
756
- 757 DANI, A. C. **OMC defende protecionismo moderado no comércio mundial**. BBC NEWS,
758 2009. Acesso em: 19/01/2019. Disponível em:
759 https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_relatorioomcebc.
760
- 761 DANTAS, A. **Caso do algodão: reflexões sobre a eficácia da OMC no controle dos**
762 **subsídios agrícolas**. Pontes, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 4, out. 2009. Disponível em:
763 <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/caso-do->
764 [algod%C3%A3oreflex%C3%B5es-sobre-a-efic%C3%A1cia-da-omc-no-controle-](http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/caso-do-)
765 [dossubs%C3%ADdios](http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/caso-do-)>. Acesso em: 13 nov. 2018.
766
- 767 DAVANZO, J. N; OLIVEIRA, F. F.; FONSECA, A. F.; PORTUGAL JÚNIOR, P. S.;
768 PORTUGAL, N. S. **O comércio internacional e a política protecionista brasileira:**
769 **uma análise no período recente**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia -
770 Unis - Minas Gerais. 2018.
771
- 772 DEARDORFF, A.V. & STERN, R.M. **Measurement of non-tariff barriers**. Department
773 Working Papers No 179. OCDE. 1997. 116p.
774
- 775 DORR, A. C.; BRUM, A. L.; SILVEIRA, D.C. ; LUCCA, E. J. **Barreiras sanitárias e fitossanitárias:**
776 **algumas considerações sobre as exportações brasileiras de carne bovina**. In: 51º Congresso
777 da SOBER, 2013, Belém/Pará. Fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da
778 sustentabilidade. Belém: SOBER, 2013. v. 51.4
779
- 780 FILHO, R.B.; CORONEL, D.A. **A influência da taxa de câmbio nas exportações**
781 **brasileiras de carne bovina *in natura***. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM,
782 Santa Maria, RS. Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 11, n. 3, p. 01-18, set./dez.
783 2016.
784
- 785 FONSECA, R. et al. **Barreiras externas às exportações brasileiras**. Rio de Janeiro:
786 FUNCEX, 1999.
787

- 788 FONSECA, A. D. Q. **A regulação internacional dos subsídios à exportação: uma reflexão**
789 **sobre a necessidade de proteção da agricultura familiar brasileira.** São Paulo:
790 Fundação Friedrich Ebert, 2004.
791
- 792 GALLI, F.; MIRANDA, S. H. G. **A regulamentação sobre o comércio de carne bovina no**
793 **contexto do acordo SPS.** Piracicaba: Cepea - ESALQ/USP, 2008.
794
- 795 GALVÃO, M. B. A.; ABREU, M. D.; PIMENTEL, F. M. **O relançamento das negociações**
796 **da Rodada de Doha.** Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, n. 122,
797 p. 6-12, jan./mar. 2015.
798
- 799 GARCIA, D.C.C; SÁ, C.V.G.C.; McMANUS, C.M. et al. **Impactos do surto de febre aftosa**
800 **de 2005 sobre as exportações de carne bovina brasileira.** Ciência animal brasileira,
801 Goiânia, v.16, n.4, p. 525-537 out./dez. 2015.
802
- 803 GARRIDO, A. E. **Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações.** Instituto Nacional de
804 Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), 2003. Acesso em: 19/01/2019.
805 Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/artigos/51.pdf>
806
- 807 GIL, Antonio Carlos. 1991. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.
808
- 809 GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de
810 Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2. mar/abr, 1995.
811
- 812 GONÇALVES, S. R. M.; SILVA, A. L. M. da; SIMOES, R. C. F. **A Importância do GATT**
813 **no Comércio Internacional.** 2006. Disponível em: <
814 <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/4mostra/pdfs/463.pdf>>. **Acesso em**
815 **14 nov. 2018.**
816
- 817 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [http://](http://www.sidra.ibge.gov.br)
818 www.sidra.ibge.gov.br. **Acesso em 14 nov. 2018.**
819
- 820 INTERNATIONAL BEEF ALLIANCE (IBA). Disponível em:
821 <<http://internationalbeefalliance.com/about-us.html>>. Acesso em: 28 nov. 2018.
822
- 823 INTERNATIONAL FEDERATION OF ANIMAL HEALTH – IFAH. **The costs of animal**
824 **disease.** Oxford Analytica. Acesso em: 09/10/2017. Disponível em:
825 [https://www.healthforanimals.org/component/attachments/attachments.html?task=attach](https://www.healthforanimals.org/component/attachments/attachments.html?task=attachment&id=34)
826 [ment&id=34](https://www.healthforanimals.org/component/attachments/attachments.html?task=attachment&id=34)
827
- 828 INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA –
829 INMETRO. Equipe da Divisão de Superação de Barreiras Técnicas Coordenação Geral
830 de Articulação Internacional do Inmetro. **Manual de Barreiras Técnicas às**
831 **Exportações - "O que são e como superá-las.** INMETRO, Abril, 2009. 3ª Edição.
832
- 833 JUNQUEIRA, B. **Identificação e análise de barreiras não-tarifárias sobre as exportações**
834 **brasileiras de carne bovina.** Universidade Federal de Viçosa - Programa de Pós
835 Graduação em Economia Aplicada. 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado em Economia).
836

- 837 KUZMIN, V. **Rússia barra importação de carne da Austrália por uso de estimulador.**
838 Gazeta Russa, 2014. Disponível em:
839 <[http://gazetarussa.com.br/economia/2014/04/09/russia_barra_importacao_de_carn](http://gazetarussa.com.br/economia/2014/04/09/russia_barra_importacao_de_carn_e_da_australia_por_uso_de_estimulador_25051)
840 [e_da_australia_por_uso_de_estimulador_25051](http://gazetarussa.com.br/economia/2014/04/09/russia_barra_importacao_de_carn_e_da_australia_por_uso_de_estimulador_25051)> Acesso em 16 nov. 2018.
841
- 842 KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política.** 8. ed. São
843 Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
844
- 845 LAMY, P. A **Organização Mundial do Comércio: novas questões, novos desafios.** Revista
846 Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, n. 121, p. 4-19, out./dez. 2014.
847
- 848 LIMA-CAMPOS, A. de. **Em agricultura, é hora de agir com acordos plurilaterais.**
849 Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, n. 122, p. 17-19, jan./mar.
850 2015.
851
- 852 LOSSAN, A.; DAMARCOS, M. **Guerra moderna é econômica.** Gazeta Russa, 2014.
853 Disponível em:
854 <[http://gazetarussa.com.br/economia/2014/08/20/guerra_moderna_e_economica_26](http://gazetarussa.com.br/economia/2014/08/20/guerra_moderna_e_economica_26999)
855 [999](http://gazetarussa.com.br/economia/2014/08/20/guerra_moderna_e_economica_26999)>. Acesso em: 15 nov. 2018.
856
- 857 MARTINS, A.R.L.; ROCHA, R. S.; PORTZ, A.J. et al. **Uso da ivermectina na**
858 **bovinocultura de corte do Brasil e seus impactos econômicos.** Coordenação de
859 Controle de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do
860 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2011. Acesso em
861 10/10/2017. Disponível em:
862 <http://www.sovergs.com.br/site/38conbravet/resumos/74.pdf>
863
- 864 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Cadeia**
865 **produtiva da carne bovina.** Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de
866 Cooperação para a Agricultura / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
867 Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007.
868
- 869
- 870 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
871 **Projeções do Agronegócio – Brasil 2013/14 a 2023/24 – Projeções a longo prazo.**
872 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Assessoria de Gestão Estratégica.
873 Brasília : MAPA/ACS, 2014. 100 p.
874
- 875 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
876 **Relatório de Atividades 2016.** Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
877 para a Agricultura / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília:
878 MAPA/SRI, 2017. Acesso em: 19/01/2019. Disponível em:
879 [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/RELATORIODEATIVIDADESSRIMAPA2016.docx.pdf)
880 [RELATORIODEATIVIDADESSRIMAPA2016.docx.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/RELATORIODEATIVIDADESSRIMAPA2016.docx.pdf)
881

- 882 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Acordo**
883 **sobre a aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS)**. 2017.
884 Acesso em: 19/01/2019. Disponível em:
885 [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-nao-](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-nao-tarifarias/multilaterais)
886 [tarifarias/multilaterais](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-nao-tarifarias/multilaterais)
887
- 888 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
889 **Bilaterais e Regionais**. 2017. Acesso em: 19/01/2019. Disponível em:
890 [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-nao-](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-nao-tarifarias/bilaterais-e-regionais)
891 [tarifarias/bilaterais-e-regionais](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-nao-tarifarias/bilaterais-e-regionais)
892
- 893 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
894 (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em:
895 <[http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balancacomercial-brasileira-mensal-2)
896 [exterior/balancacomercial-brasileira-mensal-2](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balancacomercial-brasileira-mensal-2)>. Acesso em: 19/01/2019.
897
- 898 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
899 (MDIC). Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/noticias/109-comercio-exterior/926-](http://www.mdic.gov.br/noticias/109-comercio-exterior/926-uniao-europeia-e-mercosul-definem-data-da-troca-de-ofertas-para-acordo-de-livrecomercio)
900 [uniao-europeia-e-mercosul-definem-data-da-troca-de-ofertas-para-acordo-de-](http://www.mdic.gov.br/noticias/109-comercio-exterior/926-uniao-europeia-e-mercosul-definem-data-da-troca-de-ofertas-para-acordo-de-livrecomercio)
901 [livrecomercio](http://www.mdic.gov.br/noticias/109-comercio-exterior/926-uniao-europeia-e-mercosul-definem-data-da-troca-de-ofertas-para-acordo-de-livrecomercio)>. Acesso em: 19/01/2019.
902
- 903 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
904 (MDIC). Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/comercio-](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoesinternacionais/1891-omc-rodada-de-doha)
905 [exterior/negociacoesinternacionais/1891-omc-rodada-de-doha](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoesinternacionais/1891-omc-rodada-de-doha)>. Acesso em:
906 19/01/2019.
907
- 908 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
909 (MDIC). Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/defesa-](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1775-medidas-os-subsidios)
910 [comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1775-medidas-os-subsidios](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1775-medidas-os-subsidios)>. Acesso em:
911 19/01/2019.
912
- 913 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
914 (MDIC). Disponível em: [http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-](http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping)
915 [comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping](http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/defesa-comercial/205-o-que-e-defesa-comercial/1768-dumping). Acesso em: 19/01/2019.
916
- 917 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
918 (MDIC). Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/comercio-](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoesinternacionais/9-assuntos/categ-comercio-exterior/359-certificado-form-29)
919 [exterior/negociacoesinternacionais/9-assuntos/categ-comercio-exterior/359-certificado-](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoesinternacionais/9-assuntos/categ-comercio-exterior/359-certificado-form-29)
920 [form-29](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoesinternacionais/9-assuntos/categ-comercio-exterior/359-certificado-form-29)>. Acesso em: 19/01/2019.
921
- 922 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
923 (MDIC). **Barreiras Técnicas: conceitos e informações de como superá-las**. Brasília:
924 MDIC, 2002.
925
- 926 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MIDIC. **Séries**
927 **Históricas. Relatório de produtos: exportação**. Acesso em 08/10/2017. Disponível
928 em: [http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-](http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas)
929 [exterior/series-historicas](http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas)
930

- 931 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Barreiras sanitárias e**
932 **fitossanitárias.** Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias)
933 [externa/diplomacia-economica-comercial-e-](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias)
934 [financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias)
935 [fitossanitarias](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias) Acesso em: 09/10/2017.
- 936 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Departamento de promoção do
937 comércio exterior. **Como exportar Rússia.** Moscou: MRE, 2013. (Como exportar,
938 n.222).
- 939
940 MIRANDA, S.H.G. **Quantificação dos efeitos das Barreiras Não-Tarifárias sobre as**
941 **exportações brasileiras de carne bovina.** Piracicaba. Tese Doutorado – Escola
942 Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. 2001. 237p.
943
- 944 MIRANDA, S.H.G; FILHO, J.H.C.; BURNQUIST, H.L. et al. **Normas Sanitárias e**
945 **Fitossanitárias: proteção ou protecionismo.** Informações Econômicas, SP, v.34, n.2,
946 fev. 2004.
947
- 948 NUNES, A.; MOLINA, F. União Europeia e as restrições para a importação da carne bovina
949 brasileira. Florianópolis: ONIAL, 2013. Disponível em:
950 [https://onial.wordpress.com/2013/08/19/uniao-europeia-e-as-restricoes-para-](https://onial.wordpress.com/2013/08/19/uniao-europeia-e-as-restricoes-para-aimportacao-da-carne-bovina-brasileira/)
951 [aimportacao-da-carne-bovina-brasileira/](https://onial.wordpress.com/2013/08/19/uniao-europeia-e-as-restricoes-para-aimportacao-da-carne-bovina-brasileira/)
952
- 953 PARLAMENTO EUROPEU. **Política Anti-dumping: a resposta da UE às práticas**
954 **comerciais desleais.** Disponível em:
955 [http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20180601STO04822/politic](http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20180601STO04822/politica-anti-dumping-a-resposta-da-ue-as-praticas-comerciais-desleais)
956 [a-anti-dumping-a-resposta-da-ue-as-praticas-comerciais-desleais](http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20180601STO04822/politica-anti-dumping-a-resposta-da-ue-as-praticas-comerciais-desleais). Acesso em
957 19/01/2019.
958
- 959 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Barreiras Técnicas ao Comércio.**
960 Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/tbt_e/tbt_e.htm>. Acesso em: 15
961 nov. 2018.
962
- 963 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
964 (OCDE). Agricultural policies in OECD countries: at a glance. Paris: OCDE, 2010.
965 Disponível em: <
966 [http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/5110091e.pdf?expires=1479292631&i](http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/5110091e.pdf?expires=1479292631&id=id&accname=ocid54025470&checksum=CCE877A8979819B9E576421CE1230495)
967 [d=id&accname](http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/5110091e.pdf?expires=1479292631&id=id&accname=ocid54025470&checksum=CCE877A8979819B9E576421CE1230495)
968 [=ocid54025470&checksum=CCE877A8979819B9E576421CE1230495](http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/5110091e.pdf?expires=1479292631&id=id&accname=ocid54025470&checksum=CCE877A8979819B9E576421CE1230495)>. Acesso em:
969 15 nov. 2018.
970
- 971 PEIXOTO, M. **Rastreabilidade alimentar: reflexões para o caso da carne bovina.** Textos
972 para discussão. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Centro de altos estudos.
973 Brasília. Setembro, 2008.
974
- 975 PEROBELLI, F. S. **A cadeia da carne bovina no Brasil: uma análise de poder de mercado**
976 **e teoria da informação.** São Paulo: FGV, 2007. Tese de Doutorado (Doutorado em
977 Economia de Empresas). Fundação Getúlio Vargas, 2007.
978

- 979 REIS, F.N. **Subsídio na OMC: as limitações impostas aos governos na sua política**
980 **industrial pelas regras da ASMC e pela jurisprudência da OMC.** Curitiba: Juruá,
981 2008.
982
- 983 REGO, E. C. L. **Do GATT à OMC: O que mudou como funciona e para onde caminha o**
984 **Sistema Multilateral de Comércio.** Revista BNDES, Rio de Janeiro, n. 6, p. 1-21, dez.
985 1996.
986
- 987 SANTACRUZ, R. **Antidumping e antitruste: antagonismo ou complementaridade?**
988 Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, n. 118, p. 60-65, jan./mar.
989 2014.
990
- 991 SALVATORE, D. **Economia Internacional.** Rio de Janeiro: LTC. 2000.
992
- 993 SIMÕES, R. & FERREIRA, R. C. **Entraves Comerciais às Exportações de Carne Bovina.**
994 Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 21, p. 23-29, 2000.
995
- 996 SILVA, A. R. **Dumping e direito internacional econômico.** Revista do Programa de
997 Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v. 2, n. 2, p.390-417, jul./dez. 2005
998
- 999 SILVA, M. L.; SILVA, R. A.; CONTE, B. P.; LERMEN, N. G.; CORONEL, D. A.; FILHO,
1000 R. B. **Análise da Competitividade dos principais complexos exportadores do**
1001 **agronegócio gaúcho.** SINERGIA, Rio Grande, 20 (1): 9-18, 2016.
1002
- 1003 SILVA, S.Z.; TRICHES, D.; MALAFAIA, G. **Análise das barreiras não-tarifárias à**
1004 **exportação na cadeia da carne bovina brasileira.** Revista Política Agrícola - Ano
1005 XX – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2011.
1006
- 1007 THORSTENSEN, V. H. **OMC - Organização Mundial do Comércio: as regras do**
1008 **comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais.** 2. ed. rev. e
1009 ampl. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2001
1010
- 1011 THUKRAL, N.; PATTON, D. China busca carne bovina para saciar apetite da classe média.
1012 Revista Exame. São Paulo. 18 mar. 2014. Disponível em:
1013 <[http://exame.abril.com.br/economia/china-busca-carne-bovina-para-saciar-apetiteda-](http://exame.abril.com.br/economia/china-busca-carne-bovina-para-saciar-apetiteda-classe-media-brasil-e-opcao/)
1014 [classe-media-brasil-e-opcao/](http://exame.abril.com.br/economia/china-busca-carne-bovina-para-saciar-apetiteda-classe-media-brasil-e-opcao/)>.
1015
- 1016 UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **Brazil Livestock and**
1017 **Products Annual Annual Livestock 2015.** USDA Foreign Agricultural Service - Gain
1018 Report – Global Agricultural Information Network – Disponível em:
1019 [https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Livestock%20and%20Prod](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Livestock%20and%20Products%20Annual%20Annual%20Brazil%208-27-2015.pdf)
1020 [ucts%20Annual Brasilia Brazil 8-27-2015.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Livestock%20and%20Products%20Annual%20Annual%20Brazil%208-27-2015.pdf)
1021
- 1022 UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **Livestock and**
1023 **Poultry: World Markets and Trade.** Foreign Agricultural Service/USDA. Office of
1024 Global Analysis. April, 2017.
1025
- 1026 VALE, A. R. V. **Barreiras às exportações de carne bovina brasileira com a União**
1027 **Europeia, Rússia e Irã.** Curitiba. Universidade Federal do Paraná, 2016. Trabalho de
1028 conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas).

- 1029 VALE, A. R. V.; PEREIRA, W. **Disputas e Barreiras Não-Tarifárias no Comércio**
1030 **Agrícola: as exportações de carne bovina brasileira entre 2006 e 2015.** Revista
1031 Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.3, n.2, Dezembro/2018, pp. 01-28.
1032
- 1033 VIGLIO, E.C.B.L. **Febre aftosa e exportações.** Agroanalysis, v.16, n. 4, p. 26- 28,
1034 abr.1996.
1035

ARTIGO

IMPACTOS DAS BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE AS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA BRASILEIRAP.M.P. Martino^{a,*}, R. C. Brumatti^a*^aUniversidade Federal de Mato grosso do Sul, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Av. Senador Felinto Muller, 2443, Vila Ipiranga, 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil***Resumo**

A partir do ano 2000, em decorrência da estimulação e modernização da pecuária bovina, o Brasil foi crescendo e ano após ano foi se tornando o maior exportador de carne bovina do mundo. Entre os anos de 2004 (ano do surto de febre aftosa) a 2017 os principais parceiros comerciais brasileiros foram União Europeia, Rússia e Hong Kong, sendo a Rússia o parceiro de maior impacto no período estudado. Apesar do crescimento ocorrido nos últimos anos, muitos entraves comerciais marcaram a exportação de carne bovina brasileira. Esses entraves comerciais estão ligados principalmente à questão do acesso do produto brasileiro a mercados estrangeiros, onde a negociação de quotas e tarifas, a eliminação ou diminuição de subsídios em países importadores ou concorrentes e a celebração de acordos internacionais de comércio são vitais para a consolidação dos mercados atuais e a ampliação da participação do Brasil no mercado mundial de carnes. Visto isso, o objetivo deste artigo é apontar os principais embargos sofridos pelo Brasil desde o ano de 2004 até o ano de 2017, bem como os principais impactos que esses embargos acarretaram para o país, utilizando os dados fornecidos pela ABIEC e cruzando-os com a bibliografia e notícias de sites de organizações referência como OMC, MAPA e MDIC. O Brasil possui vantagens competitivas em relação à produção de carne bovina. Contudo, muitos países preocupados com a segurança alimentar de seus consumidores e a saúde de seus animais, vêm utilizando a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias contra comércio internacional. Com isso, os surtos de febre aftosa causaram uma insegurança nas relações comerciais, além de instabilidade para o setor, restringindo o acesso da carne bovina brasileira ao mercado internacional. No entanto, quando se analisou ao longo do estudo a evolução das exportações de carne bovina brasileira, o trabalho constatou um contínuo aumento dos valores ao longo do período analisado. Isso demonstra que apesar das restrições comerciais ao Brasil em função da ocorrência de febre aftosa, o volume total das exportações brasileiras não foi afetado, apresentando uma taxa de crescimento bastante positiva.

Palavras-chave: barreiras sanitárias, embargos, febre aftosa, balança comercial, acordo SPS.

IMPACTS OF COMERCIAL BARRIERS ON EXPORTS OF BRAZILIAN BEEF MEAT

1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108

Abstract

As a result of the stimulation and modernization of cattle ranching, since the year 2000 Brazil has grown and, year after year, has become the largest exporter of beef in the world. Between 2004 (year of the outbreak of foot-and-mouth disease) and 2017, Brazil's main trading partners were the European Union, Russia and Hong Kong, with Russia having the greatest impact in the period studied. Despite the growth in recent years, many trade barriers have marked the export of Brazilian beef. These trade barriers are mainly related to the issue of the access of Brazilian product to foreign markets, where the negotiation of quotas and tariffs, the elimination or reduction of subsidies in importing or competing countries, and the conclusion of international trade agreements are vital for the consolidation of markets and the expansion of Brazil's participation in the world meat market. Given this, the objective of this article is to point out the main embargoes Brazil faced from 2004 to 2017, as well as the main impacts that these embargoes have had on the country, using the data provided by ABIEC and crossing them with the bibliography and news of sites of reference organizations like WTO, MAPA and MDIC. Brazil has competitive advantages with respect to beef production. However, many countries concerned about the food safety of their consumers and the health of their animals, have been imposing sanitary and phytosanitary barriers against international trade. As a result, outbreaks of foot-and-mouth disease have caused insecurity in trade relations, as well as instability for the sector, restricting the access of Brazilian beef to the international market. However, when the evolution of Brazilian beef exports was analyzed throughout the study, the work showed a continuous increase of values throughout the analyzed period. This shows that despite the commercial restrictions on Brazil due to the occurrence of foot-and-mouth disease, the total volume of Brazilian exports was not affected, presenting a very positive growth rate.

Keywords: sanitary barriers, embargoes, foot-and-mouth disease, trade balance, SPS agreement.

1109 **Introdução**

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

Na conjuntura atual do comércio internacional, as barreiras comerciais estão cada vez mais presentes e se tornando os principais entraves à ampliação do comércio, visto a posição renitente dos países e blocos econômicos na proteção seus setores econômicos menos competitivos, como os setores agrícolas. A partir desse cenário, ao mesmo tempo em que as negociações em nível multilateral vêm obtendo êxito na redução das barreiras tarifárias e concessão de subsídios.

1117

1118

1119

1120

1121

1122

Por outro lado, alguns instrumentos relacionados ao comércio internacional já encontram lacunas nas normas e regulamentos determinados pelos órgãos internacionais. Caso das barreiras não-tarifárias, sobretudo aquelas relacionadas às normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias, que simultaneamente ao estabelecimento de acordos que regulamentam sua utilização e propõe sua redução, estão vinculadas a novas condições de proteção de setores mais frágeis.

1123

1124

1125

1126

1127

Nesse contexto, os problemas decorrentes da utilização das barreiras não-tarifárias estão vinculados a decisões unilaterais e não como previsto nos acordos multilaterais, uma vez que os países e blocos econômicos se utilizam de padrões definidos internamente, afetando assim o estabelecimento de políticas, criando condições assimétricas nas negociações comerciais internacionais.

1128

1129

1130

1131

1132

A escolha da exportação de carne bovina brasileira para este trabalho, foi devido a sua representatividade no cenário internacional. Como finalidade deste estudo está a compreensão dos impactos que podem ser causados pelos embargos comerciais dos principais importadores da carne bovina brasileira.

1133

1. Material e Métodos

1134

1135

1136

1137

O mercado internacional da carne bovina apresenta-se complexo e peculiar, o que dificulta o desenvolvimento de métodos específicos que demonstrem resultados passíveis de inferências sobre os impactos dos embargos comerciais sobre as exportações brasileiras de carne bovina (MIRANDA, 2001).

1138

1139

1140

1141

Propõe-se neste trabalho, inicialmente, a realização de análise descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa, onde, através do contato direto e prolongado com a situação estudada, buscou-se compreender o fenômeno de forma contextualizada, através de uma análise em perspectiva integrada e descritiva (GODOY, 1995).

1142 Primeiramente, para que os objetivos do trabalho fossem alcançados, foi realizado um
1143 levantamento bibliográfico dos principais artigos, publicações, estudos e legislações que
1144 discorrem sobre as barreiras ao comércio (GIL, 2002).

1145 A partir de um banco de dados de exportação da carne bovina brasileira, em volume e
1146 em faturamento, desde o ano 2004 (ano anterior ao surto de febre aftosa) até o ano de 2017
1147 (ano da ocorrência da Operação Carne Fraca), fornecidos pela Associação Brasileira da
1148 Indústria Exportadoras de Carne (ABIEC), gráficos da evolução das exportações de carne
1149 bovina foram elaborados.

1150 Uma pesquisa documental foi realizada nos bancos de dados e notícias divulgados por
1151 instituições de reconhecida credibilidade, como a International Monetary Fund (IMF),
1152 Organização Mundial do Comércio (OMC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e
1153 Abastecimento (MAPA) e Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que
1154 serviram de embasamento para a discussão em torno da evolução das exportações da carne
1155 bovina brasileira, ao longo do período analisado, realizando-se uma análise quantitativa dos
1156 dados do comércio internacional da carne bovina brasileira com a União Europeia e a Rússia.

1157 Ademais, foram utilizados artigos jornalísticos, publicados em fontes não científicas, à
1158 época dos acontecimentos, somados ao levantamento de notícias e informações nos bancos de
1159 dados dos sites da ABIEC, MAPA e ONU, utilizando-se dos embargos impostos pela Rússia,
1160 país este escolhido para a análise por ser o importador de maior impacto para o comércio da
1161 carne bovina brasileira durante o período estudado, e a partir destas informações, uma tabela
1162 foi elaborada, a fim de pontuar os acontecimentos, conforme Tabela 1 abaixo.

1163

1164

EMBARGO	INÍCIO DO EMBARGO	FIM DO EMBARGO	FONTE
Febre aftosa	Setembro/2004	Março/2005	Salani, 2004 Folha Uol, 2004
Febre aftosa	Dezembro/2005	Dezembro/2007	BBC Brasil, 2005 Salvador, 2007
Hormônio do crescimento	Junho/2011	Novembro/2013	Globo Rural, 2012 Beef Point, 2012 Mendes & Veloso, 2013

1165 Tabela 1 - Embargos russos à carne brasileira ocorridos em Setembro/2004, Dezembro/2005 e
1166 Junho/2011.

1167 Fontes: BBC Brasil, 2005; BeefPoint, 2012; Folha Uol, 2004; Globo Rural, 2012; Salani,
1168 2004; Mendes & Veloso, 2013; Salvador, 2007.

1169

1170 Para verificar o impacto das barreiras comerciais impostas pela Rússia ao Brasil,
1171 durante o período estudado, gráficos foram elaborados, a partir dos dados fornecidos pela
1172 ABIEC, utilizando como base o mês anterior ao embargo até o mês posterior ao fim do
1173 embargo, demonstrando, desta forma, a dimensão da importância dos embargos em valores
1174 percentuais.

1175

1176 **3. Resultados e Discussão**

1177

1178 **3.1 Mercado da carne bovina entre 2004 e 2017**

1179 De acordo com o USDA, 2018, em 2017 aproximadamente 61,31 milhões de
1180 toneladas de carne bovina foram produzidas em todo mundo. Os Estados Unidos (EUA) é o
1181 maior produtor mundial de carne bovina e respondeu por cerca de 12,08 milhões de toneladas
1182 em 2017. Já no Brasil, a produção total de carne bovina conta com 9,5 milhões de toneladas,
1183 ocupando o segundo lugar em nível mundial (USDA, 2018).

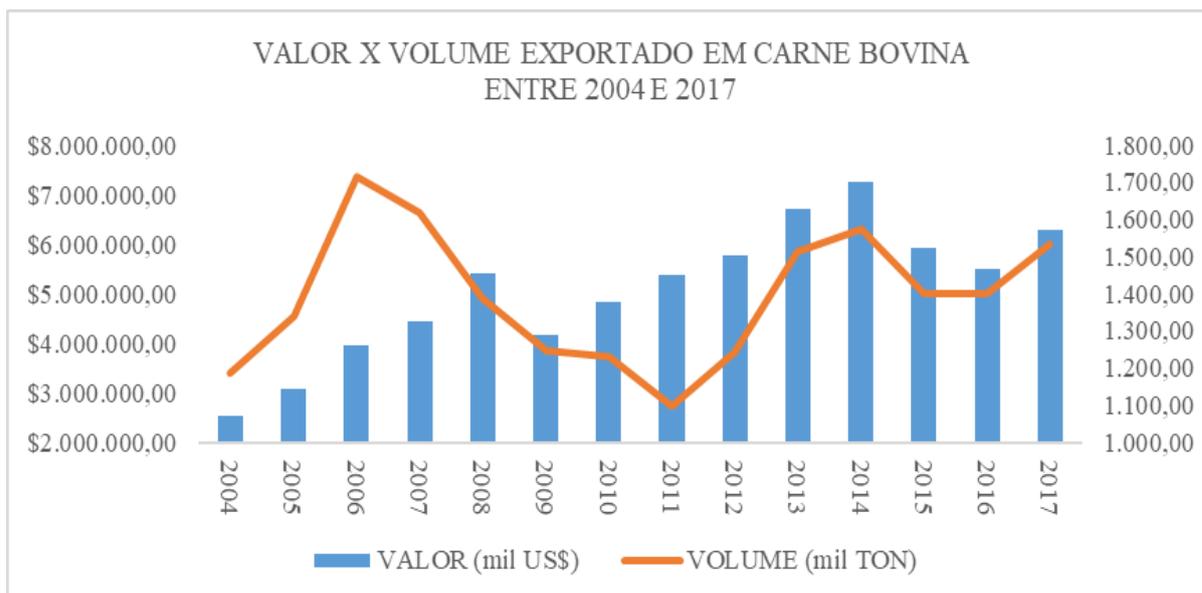
1184 A União Europeia, de acordo com Miranda (2001), passou no início dos anos 2000 por
1185 uma série de choques que interferiram no mercado de carnes direta ou indiretamente, citando-
1186 se a crise do mal da “vaca louca”, agravada no segundo semestre de 2000, e do
1187 reaparecimento da febre aftosa na Inglaterra, em fevereiro de 2001. Além disso, outros

1188 eventos influenciaram o panorama econômico da União Europeia (UE) nos anos subsequentes
1189 com impactos esperados sobre o setor como: a formação do mercado único; a reforma da
1190 Política Agrícola Comum (PAC – redução de 20% dos preços mínimos para a carne bovina);
1191 a inclusão de 12 países da Europa Oriental (que tem forte tradição na produção animal) na
1192 UE; e a liberalização do comércio mundial, conduzida pela Organização Mundial do
1193 Comércio - OMC, com reduções adicionais dos subsídios à produção de carne bovina
1194 europeia).

1195 O Brasil é dos maiores produtores mundiais de carne bovina, com grande
1196 competitividade no mercado de carnes, tendo o maior rebanho comercial de bovinos do
1197 mundo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017). As vantagens
1198 comparativas do Brasil em termos de custos e disponibilidade de fatores de produção
1199 (extensão territorial, boas pastagens, grãos e clima), bem como os investimentos na
1200 modernização da estrutura produtiva realizados na indústria nacional, conferiram ao país o
1201 status de maior exportador de carne bovina do mundo.

1202 Na Figura 1, o Brasil no período analisado, apresentou o seu volume de exportações
1203 crescente, se consolidando como maior exportador mundial de carne bovina em volume.

1204



1205

1206 Figura 1. Valor (dólares) e Volume de carne bovina brasileira exportada entre os anos de 2004
1207 e 2017.

1208 FONTE: Resultados da pesquisa sobre os dados fornecidos pela ABIEC, 2018

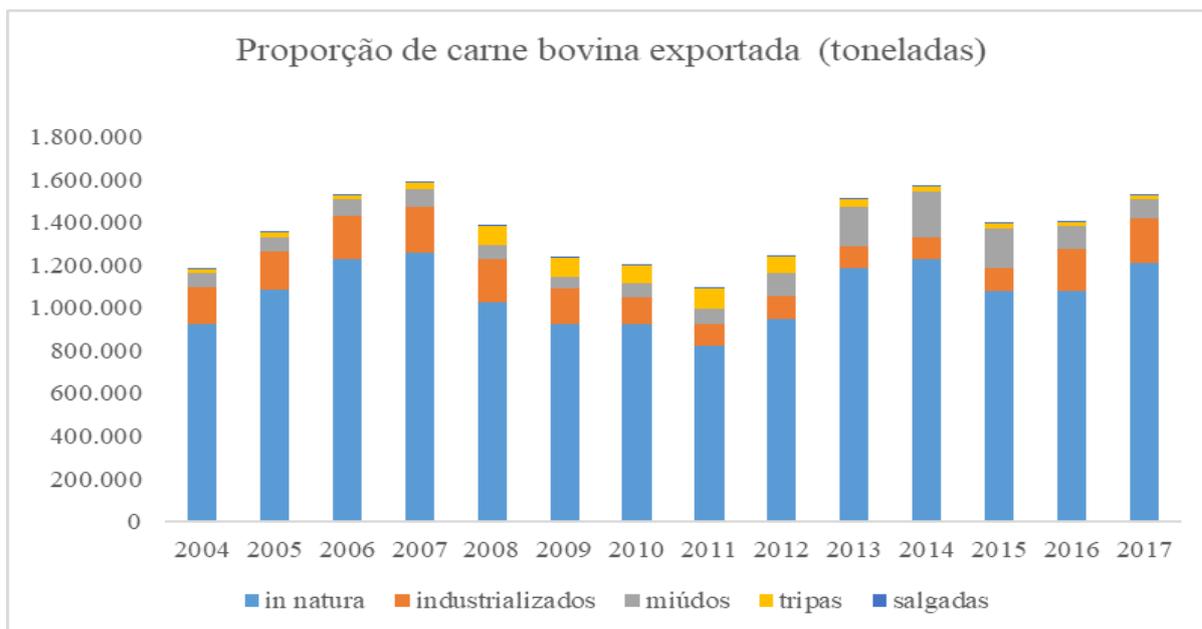
1209

1210 A Figura acima mostra o ápice das exportações no ano de 2008 de quase 1,5 milhões
1211 de toneladas de carne bovina e uma subsequente queda no ano de 2009 em consequência uma
1212 diminuição do consumo mundial, proporcionada pela crise financeira mundial, que atingiu
1213 fortemente os países desenvolvidos ocorrida em 2008. A crise internacional que, de acordo
1214 com Paula & Ferrari Filho (2011), reduziu a demanda internacional por produtos. Outro
1215 motivo foi o embargo da União Europeia, maior importador de carne bovina brasileira, a
1216 vários produtores no ano em questão. A queda nas exportações se prolongam até 2010, em
1217 2011 volta a crescer atingindo em 2014 o ápice do período avaliado com 1,7 milhões de
1218 toneladas de carne bovina exportadas.

1219

1220 Na Figura 2 é possível observar não só a prevalência nas exportações de carne bovina
1221 in natura, como o aumento gradual na proporção de miúdos bovino exportado, vindo de
1222 encontro com o aumento da importação do produto brasileiro pelo mercado asiático a partir de
1223

1223



1224

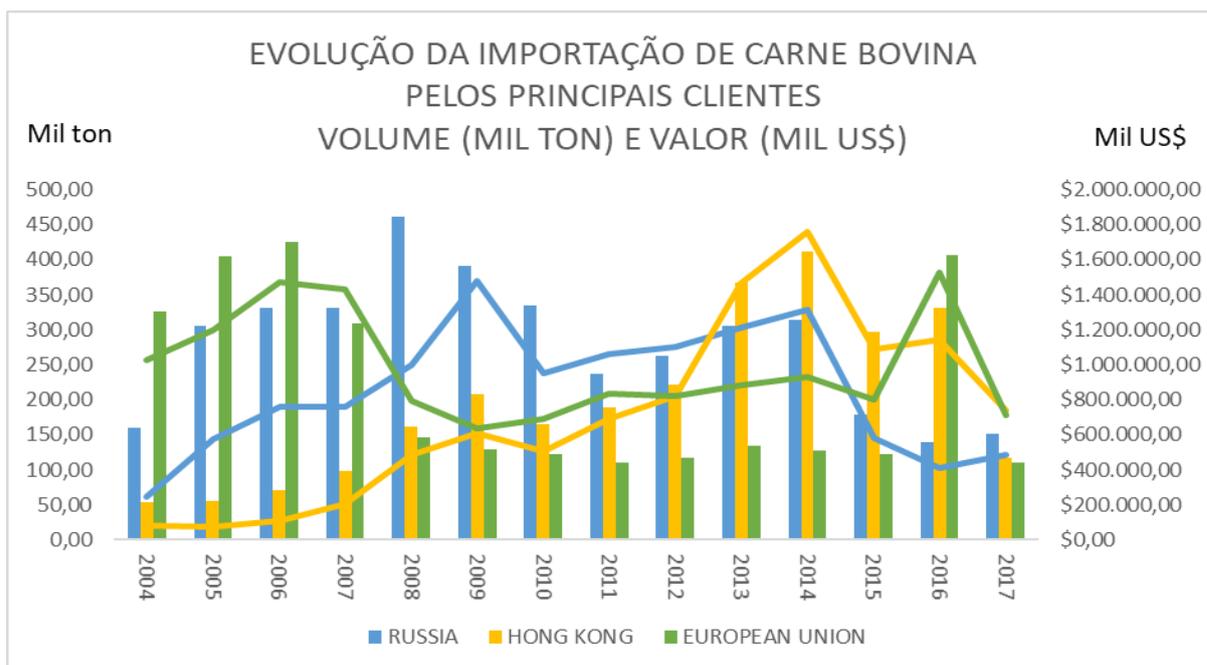
1225 Figura 2. Evolução das exportações brasileiras de carne bovina por categoria, entre os anos
1226 de 2004 e 2017

1227 Fonte: Resultados da pesquisa sobre os dados fornecidos pela ABIEC, 2018

1228

1229 Na Figura 3 é possível observar a evolução do volume de carne bovina brasileira
1230 exportada aos três maiores importadores: União Europeia, Rússia e Hong Kong. Entre os anos
1231 de 2004 a 2006, a União Europeia foi responsável por grande parte do faturamento
1232 proveniente da exportação de carne, entretanto, em 2007, apesar de ter sido a União Europeia
1233 a maior importadora da carne bovina em volume, foi a Rússia a maior responsável pelo
1234 faturamento e permaneceu sendo o país mais importante em volume e faturamento até o ano
1235 de 2012, quando Brasil e China ampliaram seus acordos comerciais e a carne brasileira passou
1236 a entrar no país asiático através de Hong Kong.

1237



1238

1239 Figura 3. Evolução da importação de carne bovina brasileira pelos maiores clientes entre 2004
1240 e 2017.

1241 Fonte: Resultados da pesquisa sobre os dados fornecidos pela ABIEC, 2018

1242

1243 Há outros países que de 2004 a 2017 foram importantes importadores da carne bovina
1244 brasileira, como o Chile e a Arábia Saudita. Porém, União Europeia e Rússia foram
1245 selecionados por estarem sempre, desde o ano de 2004, participando da pauta de exportações
1246 da carne brasileira ou por serem importadores de impacto nos anos mais recentes, como é o
1247 caso de Hong Kong.

1248

1249 3.2 Barreiras comerciais à carne brasileira e avaliação dos impactos

1250

1251 3.2.1 Embargos impostos ao Brasil entre os anos de 2004 e 2017

1252 Em 2004, a carne bovina desossada congelada foi a principal mercadoria exportada,
1253 entretanto, o Brasil atingiu o patamar de maior exportador de carne bovina devido a crescente
1254 exportação de carne bovina in natura. Neste mesmo ano, o país exportou para mais de 100
1255 países, gerou mais de US\$ 2,5 bilhões de dólares e tinha Rússia e União Europeia como os
1256 principais clientes (ABIEC, 2005; MAPA, 2007).

1257 O ano de 2005 foi marcado por um surto de febre aftosa detectado nos estados de
1258 Mato Grosso do Sul e Paraná. Em estudo realizado por Garcia et al. (2015), onde foram
1259 investigados os impactos causados pelo surto de febre aftosa, bem como o cumprimento do

1260 Princípio da Regionalização do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e
1261 Fitossanitárias (SPS) pelos países membros da OMC, verificou-se que a doença causou
1262 grande impacto nas exportações de Mato Grosso do Sul e Paraná. Os grandes importadores da
1263 carne brasileira (Estados Unidos, Japão, México, Rússia, Países Baixos, Egito, Itália, Reino
1264 Unido, França, Alemanha e Espanha) mantiveram as exportações de carne bovina
1265 provenientes de outros estados brasileiros, mas embargaram a carne proveniente do Mato
1266 Grosso do Sul e Paraná e respeitaram, portanto, o Princípio da Regionalização do Acordo SPS
1267 (GARCIA et al., 2015).

1268 Apesar da perda do mercado russo em consequência do surto de febre aftosa em 2005,
1269 no ano de 2006, o Brasil obteve crescimento no número de países importadores em
1270 consequência dos esforços realizados pelas indústrias exportadoras, as quais trabalharam a
1271 padronização de produtos, melhorias no processo de distribuição da carne no exterior e devido
1272 aos programas de divulgação da carne brasileira em feiras internacionais (PEROBELLI,
1273 2007).

1274 Por não atender os requisitos de processo de rastreabilidade exigido pela União
1275 Europeia, com o objetivo de identificar todos os pontos do processo produtivo, incluindo
1276 ações em prol da sanidade do rebanho brasileiro, bem como visando garantia de origem e
1277 segurança alimentar, somada à crise econômica ocorrida em 2008, o Brasil sofreu mais um
1278 embargo, o que prejudicou tanto o volume de vendas quanto o rendimento financeiro dos
1279 negócios externos em 2009 e a receita com as exportações de carne bovina atingiu 4,15
1280 bilhões de dólares, contra 5,41 bilhões do ano anterior, representando queda de 23%
1281 (PEIXOTO, 2008).

1282 Apesar da Rússia ter sido o mais importante importador de carne bovina brasileira nos
1283 anos de 2008, 2009 e 2010, a participação iraniana no mercado brasileiro se tornou de grande
1284 importância para o resultado das exportações brasileiras pelo fato do Irã importar carne
1285 bovina “in natura” com maior valor agregado. Enquanto a Rússia, líder nas importações de
1286 carne brasileira, pagou US\$ 2.967 por tonelada de carne, os iranianos pagaram US\$ 3.926 por
1287 tonelada, 32% a mais e se tornaram o segundo maior importador de carne bovina brasileira
1288 (ABIEC, 2010).

1289 De acordo com Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
1290 (MDIC), as exportações brasileiras totais de carne bovina em 2010 ficaram 1% abaixo do
1291 volume exportado em 2009. No entanto, a expectativa era que o Brasil exportasse maior
1292 volume em 2010, com a recuperação da economia de uma maneira geral ao redor do globo,
1293 mas alguns fatores acabaram interferindo nos resultados. Um dos mais importantes foi a

1294 paralisação das exportações de carne industrializada para os Estados Unidos por quase oito
1295 meses. Isso refletiu em recuo de 23% no volume exportado, na comparação com 2009
1296 (MDIC, 2010)

1297 Neste ano, os EUA detectaram níveis do vermífugo Ivermectina acima do permitido e
1298 em consequência disso a carne industrializada foi embargada pelo Estados Unidos durante 7
1299 meses, período no qual as indústrias frigoríficas e produtores de gado levaram para se adaptar
1300 e regulamentar ações, alicerçadas pelo Ministério da Agricultura, para garantir a ausência de
1301 resíduos do vermífugo à carne exportada (MARTINS et al., 2011).

1302 O ano de 2012 foi marcado pelo recorde histórico das exportações de carne bovina
1303 brasileira. Os números mostraram que a exportação atingiu US\$ 5,77 bilhões, marca superior
1304 ao ano de 2008, que havia registrado até então a maior exportação com US\$ 5,41 bilhões
1305 (ABIEC, 2012).

1306 Um dos principais motivos que contribuíram para o recorde histórico nas exportações
1307 de carne bovina em 2012 foi a redução no rebanho bovino dos Estados Unidos. Por causa do
1308 forte abate de fêmeas nos anos anteriores, os Estados Unidos registraram em 2012 o menor
1309 rebanho dos últimos 50 anos, conseqüentemente, as exportações brasileiras de carne bovina
1310 foram ampliadas nos mercados dominados até então pelos norte-americanos, como Rússia e
1311 Oriente Médio (IFAH, 2012).

1312 O Brasil abateu um maior número de bovinos em 2013, com 34,4 milhões de cabeças.
1313 O resultado foi 10,6% superior ao desempenho do ano anterior, quando foram abatidas 31,1
1314 milhões de cabeças. Também em 2013, a produção de carcaças de bovinos alcançou seu
1315 segundo recorde consecutivo na série histórica, com 8,1 milhões de toneladas, 11,1% mais
1316 alto que o recorde anterior, de 7,4 milhões de toneladas (MAPA, 2014).

1317 Em 2014, ocorreu novo recorde com faturamento acima de US\$ 7,17 bilhões. Para que
1318 esse resultado expressivo fosse atingido, fatores positivos como a manutenção do status
1319 sanitário, a perenidade da oferta do produto para atender diferentes mercados, forte e contínua
1320 atuação conjunta do setor privado e do governo para reverter embargos, além da parceria com
1321 importantes mercados como Hong Kong, Rússia e Venezuela, que continuaram liderando as
1322 importações de carne bovina brasileira Além disso, houve retomada de importantes mercados,
1323 como a China, Irã e Egito que suspenderam o embargo feito em 2012, após notificação de
1324 BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina) no Paraná e Mato Grosso (ABIEC, 2014).

1325 As exportações brasileiras de carne bovina fecharam o ano de 2015 com faturamento
1326 de US\$ 5,82 bilhões e volume embarcado de 1,36 milhão de toneladas. O resultado foi
1327 inferior a 2014, quando a exportação chegou ao recorde histórico com 1,54 milhão de

1328 toneladas. A queda foi resultado de problemas conjunturais que afetaram negativamente
1329 alguns grandes mercados do Brasil, como Rússia, Hong Kong e Venezuela (ABIEC, 2016;
1330 USDA, 2015).

1331 O ano de 2016 foi de extrema importância ao Brasil devido a habilitação de diversas
1332 plantas frigoríficas à exportação de carne bovina in natura aos EUA e pelos primeiros
1333 embarques do produto ao país. Além disso, Hong Kong, China e Egito continuaram figurando
1334 como maiores importadores de carne bovina brasileira. Entretanto, houveram quedas de 8%
1335 no faturamento e de 1% no volume exportado (ABIEC, 2017).

1336 Segundo levantamento da USDA realizado em abril de 2017, os Estados Unidos ainda
1337 são responsáveis por 19,6% do total produzido mundialmente e o Brasil por 15,42%.
1338 Entretanto, o Brasil continua superando os Estados Unidos no total exportado representando
1339 20,11% do mercado mundial contra 19,85% da Índia e 12,30% dos Estados Unidos (USDA,
1340 2017).

1341

1342 **3.2.2 União Europeia**

1343 Desde 1995 a União Europeia sofre com casos de doença da “vaca louca”. A doença é
1344 uma infecção degenerativa do sistema nervoso central, e começou no Reino Unido em
1345 decorrência do uso de farinhas feitas a partir de restos de animais na alimentação dos bovinos,
1346 e provocou no homem uma variante da doença, que causou dezenas de mortes na Europa
1347 (BEEFPOINT, 2010).

1348 Esses acontecimentos deixaram os europeus mais exigentes quanto as medidas
1349 sanitárias utilizadas na produção da carne consumida por eles, o que levou a União Europeia a
1350 estabelecer um rígido sistema de rastreabilidade do gado e a exigir controle similar dos países
1351 exportadores do para o bloco (JORNAL DO SENADO, 2008).

1352 A política de segurança dos alimentos da União Europeia se baseia numa abordagem
1353 global e integrada ao longo de toda a cadeia alimentar em todos os setores. A política prevê
1354 rastreabilidade dos alimentos do consumo humano e dos animais bem como dos ingredientes
1355 utilizados e, para as importações, a Comissão exige que elas devem satisfazer as condições
1356 sanitárias equivalentes as da produção interna (CONTINI & TALAMINI, 2005).

1357 O controle de rastreabilidade começou a ser implantado no Brasil no ano de 2000,
1358 neste controle o gado recebe um dispositivo eletrônico que reúne informações desde seu
1359 nascimento até o abate acerca de alimentação e vacinação. Em janeiro de 2008 venceu o prazo
1360 para o Brasil apresentar a lista de fazendas aptas a exportar dentro das exigências europeias
1361 (JORNAL DO SENADO, 2008).

1362 Em fevereiro de 2008 a União Europeia havia restringido o número de fazendas que
1363 poderiam receber o certificado para exportação para o bloco a 300 unidades, apenas 3% das
1364 10 mil cadastradas. Porém, o Ministério da Agricultura apresentou uma lista com 2.600
1365 propriedades, o que gerou desconfiança por parte da Comissão. O comissário europeu de
1366 saúde, Markos Kiprianou, declarou que o bloco não poderia ter certeza de que todos os
1367 estabelecimentos aprovados pelo Brasil foram inspecionados de maneira adequada e, por essa
1368 razão, suspendeu todas as exportações de carne bovina in natura brasileira para a União
1369 Europeia (NUNES & MOLINA, 2013).

1370 O Brasil começou a se ajustar gradualmente às exigências da União Europeia, e após
1371 negociações a lista passou a compreender cerca de 2000 fazendas. A partir de então, em 2012,
1372 a União Europeia passou a retomar o crescimento das importações e transferiu ao Ministério
1373 da Agricultura brasileiro toda a gestão de autorização e certificação de fazendas habilitadas à
1374 exportação de acordo com as exigências do bloco europeu (BEEFPOINT, 2012).

1375 Quando analisamos os dados gerais de exportação de carne bovina brasileira notamos
1376 que, apesar do embargo em 2009 e conseqüente queda no volume importado pelo mercado
1377 europeu em 2009 (Figura 1), o Brasil não sofreu todo o impacto que esse embargo poderia ter
1378 causado. Especialistas afirmam que o motivo seria a diversificação dos países importadores da
1379 carne bovina nacional como a Rússia e Hong Kong (Figura 3), que absorveram parte da queda
1380 das exportações para a União Europeia (ABIEC, 2016).

1381 O paradoxo da política protecionista europeia está no fato de este ter como fim a
1382 melhoria da qualidade de vida dos europeus e ao mesmo tempo aumentar os preços de
1383 produtos alimentícios para o consumidor final. Todas as políticas protecionistas aqui
1384 apresentadas tinham como fim a manutenção da competitividade de um setor, a manutenção
1385 de níveis de emprego e de renda deste setor, a defesa do meio ambiente e a proteção sanitária
1386 das pessoas e animais. Porém, esse tipo de política aumenta os preços para o consumidor
1387 interno. Os subsídios protegem a ineficiência produtiva, distribuem de maneira ineficaz a
1388 renda entre os produtores e barram o acesso de países pobres ao desenvolvimento (CONTINI
1389 & TALAMINI, 2005).

1390 Deve-se reconhecer o direito soberano europeu e sua preocupação com fatores
1391 sanitários à segurança alimentar, por mais rigorosos que sejam. Cabe ao Brasil se adaptar se
1392 quiser continuar a prosperar num mercado cada vez mais competitivo e dinâmico.

1393 Apesar de no período analisado terem ocorrido e sido descobertos focos de febre
1394 aftosa no Brasil, houve um grande incremento das vendas brasileiras para países Europeus,
1395 Asiáticos e do Oriente Médio (com destaques para Egito, Irã e Argélia). Macedo (2007)

1396 destaca que o crescimento do valor das vendas aos países do Oriente Médio, Europa e Ásia,
1397 foi resultado dos esforços de diversificação das vendas externas, realizados pela ABIEC e
1398 pelos frigoríficos exportadores e que obtiveram êxito.

1399 Quando se analisa a evolução das exportações de carne bovina brasileira, podemos
1400 constatar um contínuo aumento dos montantes ao longo do período analisado (Figura 1). Isso
1401 demonstra que apesar das restrições comerciais impostas ao Brasil em função da ocorrência
1402 de febre aftosa, o volume total das exportações brasileiras não foi afetado, apresentando uma
1403 taxa de crescimento bastante positiva no período analisado. Tal empecilho foi contornado
1404 através de uma reorganização do sistema produtivo, intensificando esforços na abertura de
1405 novos mercados (incentivos e políticas públicas), competitividade, eficiência e novas técnicas
1406 de produção e comercialização.

1407 Porém, se considerarmos todos os parceiros comerciais do Brasil, a União Europeia é
1408 um grande comprador. Em contrapartida, é o mercado que mais aplica políticas protecionistas
1409 ao setor agropecuário (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE), 2012).

1410 Ao analisar a figura 3 fica clara a quebra estrutural no padrão das exportações para a
1411 União Europeia a partir de 2008. No ano de 2006 tivemos o ápice das exportações de carne
1412 bovina da série apresentada que ultrapassou as 400 mil toneladas, em 2008 não atingiu 150
1413 mil. A variação de 2007 para 2008 é de -55%. De 2009 em diante a quantidade exportada não
1414 passou de 130 mil toneladas. De 2008 em diante, pode-se observar que a exportação de carne
1415 brasileira para a União Europeia se mantém estável.

1416 De acordo com a ONU, analisando a variação de 2007 para 2008 dos principais
1417 exportadores de carne do mundo para a União Europeia notamos que nenhum deles sofreu a
1418 mesma queda, pelo contrário as exportações de carne bovina norte americanas para a União
1419 aumentaram 75% de 2007 para 2008, da Austrália aumentaram 26% e da Nova Zelândia
1420 aumentaram 18% (UNCTAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
1421 COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, 2016).

1422 O ponto crucial da comparação é que a conclusão alcançada nos mostra que a queda
1423 das exportações brasileiras para a União Europeia em 2008 é fruto de um embargo apenas ao
1424 Brasil.

1425

1426 **3.2.3 Rússia**

1427 O Brasil firmou-se no cenário de maior exportador mundial de carne bovina em 2006,
1428 sendo responsável pelo envio ao mercado externo de aproximadamente um milhão de
1429 toneladas em 2008. Este valor representou pouco mais de 30% do volume mundial, resultando

1430 em mais de três bilhões de dólares, que trouxeram resultados expressivos à balança comercial
1431 do país (MAPA, 2009).

1432 O principal parceiro comercial do Brasil neste setor é a Rússia, que importou um
1433 montante de 1,4 bilhões de dólares no ano de 2008 (MAPA, 2009). A Rússia foi o maior
1434 importador da carne bovina brasileira, em quantidade e em valor, durante os anos de 2004 a
1435 2012. A Rússia começou a adquirir o produto brasileiro em meados de 2000 (somente “in
1436 natura”), em virtude de acordo sanitário firmado no final dos anos 90.

1437 Além do destaque deste fato econômico, há outra peculiaridade que também chama a
1438 atenção neste cenário, trata-se da conjuntura em que acontecem as transações entre Brasil e
1439 Rússia. Em 2009, O mercado russo era tido como novo no sistema de economia de mercado e
1440 com especificidades e idiosincrasias que não são comuns nos demais países emergentes. A
1441 Rússia, por exemplo, não pertencia à Organização Mundial do Comércio (IMF, 2009).

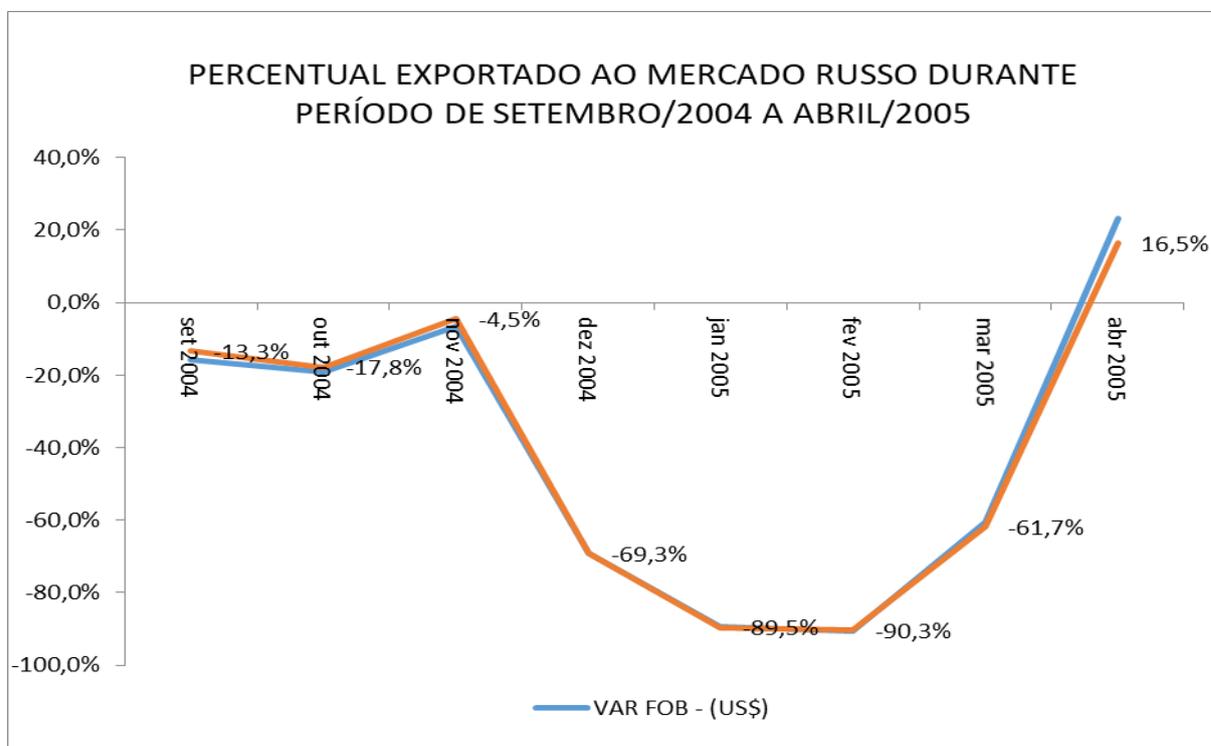
1442 As carnes são os principais produtos brasileiros exportados para a Rússia, com em
1443 torno de 60 unidades brasileiras autorizadas a exportar carne bovina e suína para o mercado
1444 russo. No primeiro semestre de 2015, o Brasil se consolidou como líder no mercado russo no
1445 comércio de carnes, sendo responsável por 57% das compras de carne bovina, 82% da carne
1446 suína e 34% da carne de aves (MAPA, 2015).

1447 A Figura 3 mostra os principais países importadores da carne bovina brasileira. Até
1448 2012, o principal país importador da carne nacional era a Rússia, quando foi ultrapassado por
1449 Hong Kong. Hong Kong apresenta tal desempenho porque é a porta de entrada para a carne
1450 consumida na China, que impõe barreiras sanitárias às importações de carne bovina nacional.
1451 A aproximação da China com o Ocidente devido a sua maior abertura econômica dos últimos
1452 anos é um dos fatores do aumento do consumo da carne bovina (THUKRAL & PATTON,
1453 2014).

1454 Em setembro de 2004, a Rússia impôs bloqueio à carne brasileira após a descoberta de
1455 foco de aftosa no Pará e no Amazonas. Apesar do Amazonas não ser na época exportador de
1456 carne bovina e estar fora da zona livre da doença que vende o produto ao exterior, ainda
1457 assim, o embargo foi mantido a todo país. Mesmo com as argumentações do governo
1458 brasileiro de que não havia razões técnicas para tal embargo, somente em novembro do
1459 mesmo ano, o fim do embargo se limitou somente ao estado de Santa Catarina (MAPA,
1460 2004).

1461 Algumas semanas após a notícia do embargo, uma missão brasileira foi à Rússia para
1462 negociar o retorno das exportações e usou como ferramenta de discussão a liberação da

1463 exportação de trigo produzido na Rússia para o Brasil, em troca do retorno às importações de
 1464 carne bovina brasileira, que só retornou em março de 2005 (FOLHA UOL, 2004).
 1465



1466
 1467 Figura 4. Evolução das exportações de carne bovina brasileira ao mercado russo durante
 1468 período de embargo ocorrido entre setembro/04 a março/05.

1469 Fonte: Resultados da pesquisa sobre os dados fornecidos pela ABIEC, 2018

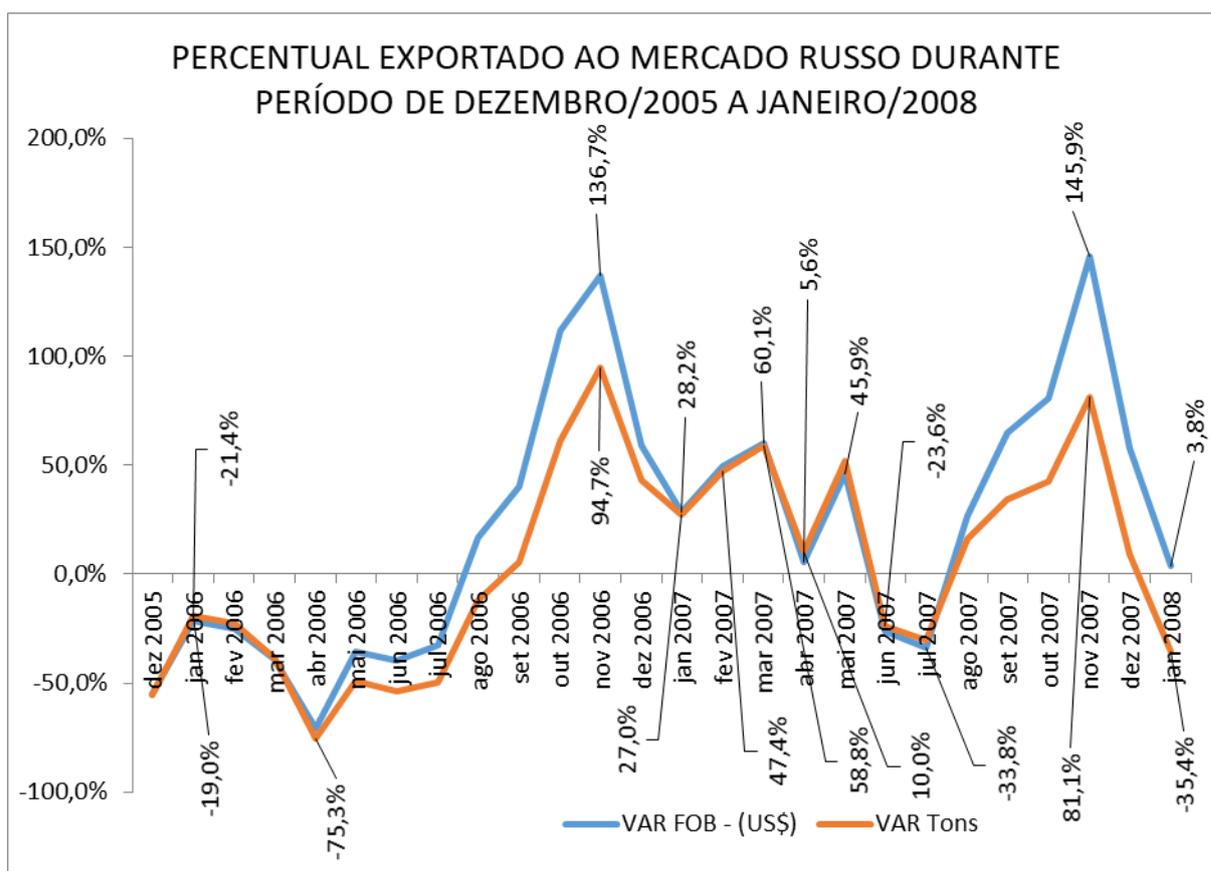
1470

1471 De acordo com a Figura 4 acima é possível observar uma queda acentuada nos meses
 1472 subsequentes ao anúncio do embargo, chegando a redução de mais de 90% do volume
 1473 exportado, o que comprova que o embargo russo à carne brasileira ocorrido entre setembro de
 1474 2004 a março de 2005 gerou um impacto negativo às exportações. O resultado deste grande
 1475 impacto negativo às exportações se deve principalmente ao fato de que a Rússia, por não
 1476 pertencer ainda na ocasião à OMC, não respeitou o princípio de regionalização, embargando a
 1477 carne de todos os estados brasileiros, mesmo sem fundamento técnico para tal.

1478 Após as negociações, as exportações retornaram e atingiram seu ápice no ano de 2007
 1479 durante o quando ultrapassou de 400 mil toneladas, entretanto, começou a decair em 2008
 1480 (Figura 3).

1481

1482 Posteriormente, outro caso de febre aftosa ocorridos nos estados de Mato Grosso do
 1483 Sul e Paraná, estados habilitados à exportação, fechou novamente o mercado russo.
 1484 Entretanto, nesta ocasião, a Rússia respeitou o princípio de regionalização estabelecido pelas
 1485 diretrizes do comércio da ONU e manteve as exportações embargadas somente dos estados
 1486 acometidos pela doença.
 1487



1488
 1489 Figura 5. Evolução das exportações de carne bovina brasileira ao mercado russo durante
 1490 período de embargo ocorrido entre dezembro/05 a dezembro/07.

1491 Fonte: Resultados da pesquisa sobre os dados fornecidos pela ABIEC, 2018

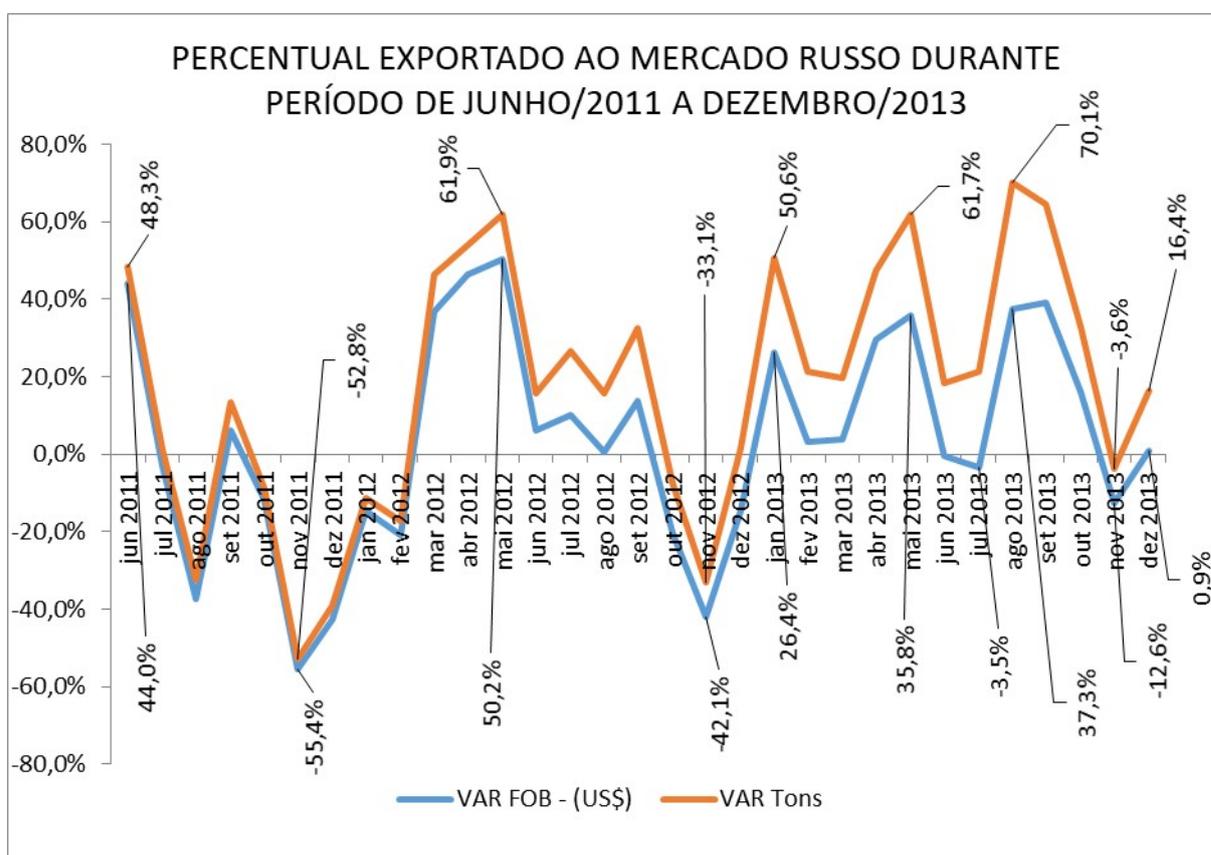
1492

1493 Realizando um comparativo entre os embargos ocorridos em setembro de 2004 e em
 1494 dezembro de 2005 é possível observar que o primeiro, teve maiores consequências em um
 1495 curto período de tempo, em contrapartida, na Figura 5 é possível observar que as grandes
 1496 oscilações nas exportações à Rússia durante o período do embargo em dezembro de 2005
 1497 sugere que o embargo em si não tenha impactado negativamente no resultado das
 1498 exportações, parecendo estar mais ligado à questões de ordem conjuntural e econômica.

1499 As sucessivas quedas de 2008, 2009 e 2010 podem ser explicadas pela crise
 1500 internacional informada anteriormente, e também, pelo fato de que em 2009, com o propósito

1501 de proteger a produção interna, a Rússia reduziu os limites das quotas para importação de
 1502 carne bovina e aumentou os impostos para as quantidades que excediam as quotas (MRE,
 1503 2013).

1504 Em 2011 as exportações caíram 1,5% em relação a 2010 e o principal fator que explica
 1505 esse fenômeno é o embargo que a Rússia impôs à importação de carnes provenientes de Mato
 1506 Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul por estarem em desacordo com as especificações
 1507 sanitárias russas. O embargo durou até o segundo semestre de 2013 (Figura 6) (MRE, 2013).
 1508



1509
 1510 Figura 6. Evolução das exportações de carne bovina brasileira ao mercado russo durante
 1511 período de embargo ocorrido entre junho/11 a setembro/13.

1512 Fonte: Resultados da pesquisa sobre os dados fornecidos pela ABIEC, 2018

1513

1514 Mesmo com o embargo citado acima, a partir de 2011 as exportações oscilam e
 1515 apresentam altas e baixas expressivas no período. Entre os anos de 2005 e 2013 diversos
 1516 meios de comunicação informaram embargos diversos à carne brasileira por parte do mercado
 1517 russo. Entretanto, nenhuma notificação oficial foi registrada pela OMC pois somente em
 1518 2012, concluíram-se 18 anos de negociações e a Rússia aderiu à OMC. Na ocasião a adesão
 1519 foi vista como importante passo rumo à modernização do país, que trouxe vantagens com a

1520 integração do tecido produtivo russo às cadeias as cadeias globais de maior valor agregado.
1521 No plano internacional, a adesão tende a conferir maior previsibilidade e segurança jurídica
1522 ao processo russo de importação (MRE, 2013).

1523 Em 2014, dois fatores contribuíram para o aumento das exportações. O primeiro foi o
1524 embargo russo à inserção de produtos alimentares da União Europeia, USA e Canadá em
1525 razão da crise política gerada pela tentativa de anexação da região da Criméia. Outra razão foi
1526 a suspensão completa das importações de carne bovina australianas devido à identificação de
1527 estimulador de crescimento na carne (KUZMIN, 2014).

1528 Em 2015 cai novamente, permanecendo constante desde então até o ano de 2017. Com
1529 os resultados obtidos nessa pesquisa notou-se que devido a mudanças institucionais russas
1530 houve mudança da fronteira do mercado russo para inserção de novos fornecedores, que
1531 tivessem a capacidade de atender a grande demanda criada e as competências desejadas, neste
1532 caso, segurança alimentar e liderança em custos. A busca destes novos fornecedores foi
1533 realizada por atores já operantes no mercado russo, que utilizaram de sua expertise nas
1534 transações internacionais de carne bovina para readequar o fornecimento no mercado em
1535 questão. Deste modo, as exportações brasileiras foram incorporadas ao referido mercado em
1536 substituição a produtos, sobretudo provenientes da União Europeia (MAPA, 2010).

1537 As mudanças institucionais ocorridas no mercado russo ocasionaram um significativo
1538 crescimento do comércio entre Brasil e Rússia durante o período analisado, contudo estas
1539 mudanças não são concretas tão pouco sólidas quando vistas em um espectro de longo prazo.
1540 A situação de comércio encontrada neste estudo representa a configuração de integração do
1541 maior exportador de carne bovina, Brasil, e do segundo maior importador, Rússia, que
1542 contaram em 2008 com uma intersecção de transações em torno de 60%. O recente histórico
1543 de comércio de carne bovina entre as nações reflete um ambiente ainda pouco consolidado.

1544

1545 **4. Conclusões**

1546 O trabalho resgatou a imposição de embargos comerciais nas exportações brasileiras
1547 de carne bovina, inserido dentro de um contexto mundial, a partir de 2004 até 2017. Assim,
1548 dentro de uma lógica de desenvolvimento da agricultura, apoiada no livre-comércio
1549 (pensamento clássico do liberalismo econômico), o Brasil por possuir vantagens competitivas
1550 em relação à produção de carne bovina, especializou-se cada vez mais e buscou prospectar
1551 novos mercados de modo a potencializar tal produção.

1552 O aumento da preocupação dos consumidores, com relação à segurança e à qualidade
1553 dos produtos agroalimentares, leva países importadores a restringir cada vez mais o comércio

1554 pela imposição de regulamentações sanitárias, que muitas vezes representam barreiras não-
1555 tarifárias (protecionismo disfarçado) para a carne bovina brasileira.

1556 A Febre Aftosa tem grande importância social e econômica, e seu impacto prejudica
1557 produtores, empresários e famílias rurais. Causa grandes perdas econômicas, havendo
1558 prejuízos, com a redução de produtividade dos rebanhos, que podem se tornar expressivos. A
1559 queda na produção acarreta também a diminuição da rentabilidade da pecuária.

1560 Muitos países preocupados com a segurança alimentar de seus consumidores e a saúde
1561 de seus animais, vêm utilizando a imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias contra
1562 comércio internacional, principalmente depois do surgimento de focos de febre aftosa. Isso
1563 acaba afetando a circulação de mercadorias e limitando o desempenho do setor exportador
1564 brasileiro.

1565 A febre aftosa causou, dessa maneira, uma insegurança nas relações comerciais, além
1566 de instabilidade para o setor, restringindo o acesso da carne bovina brasileira ao mercado
1567 internacional, que poderiam trazer prejuízos ao desenvolvimento econômico do país e por
1568 consequência das cadeias produtivas, visto que o Brasil tem uma forte dependência de
1569 crescimento ligado ao setor agropecuário.

1570 No entanto, quando se analisou ao longo do estudo a evolução das exportações de
1571 carne bovina brasileira, o trabalho constatou um contínuo aumento dos valores ao longo do
1572 período analisado. Isso demonstra que apesar das restrições comerciais ao Brasil em função
1573 da ocorrência de febre aftosa e do embargo ocorrido em 2011, o volume total das exportações
1574 brasileiras não foi afetado, apresentando uma taxa de crescimento bastante positiva.

1575 Desta forma, o país, por ser detentor de vantagens competitivas próprias, conseguiu se
1576 reorganizar, tanto sob forma produtiva quanto organizacional, com novas estratégias, e
1577 superou tal bloqueio das barreiras não-tarifárias (SPS – medidas sanitárias e fitossanitárias)
1578 impostas pelos importadores, contornando tais problemas e intensificando esforços na
1579 abertura de novos mercados (incentivos e políticas públicas), aumento de competitividade e
1580 eficiência, de instrumentos e ferramentas de comercialização.

1581 Mesmo assim, é preciso estar ciente dos prejuízos que as restrições sanitárias e
1582 fitossanitárias podem proporcionar as exportações de carne bovina do país, e deste modo
1583 aumentar o controle sobre os pontos de risco (investimentos em estruturas de fiscalização e de
1584 fronteiras, sanidade dos rebanhos...), visando aumentar a qualidade (genética, manejo, bem
1585 estar animal...) e a segurança dos produtos (área livre de doenças), e neste sentido,
1586 prospectando novos mercados e maiores rendimentos para o setor, visando o desenvolvimento
1587 do país.

1588 **Referências**

1589

1590 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1591 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2005. Disponível em:
1592 <<http://www.abiec.com.br/download/anual-2005.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

1593

1594 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1595 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2010. Disponível em:
1596 <<http://www.abiec.com.br/download/anual-2010.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

1597

1598 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1599 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2012. Disponível em:
1600 <<http://www.abiec.com.br/download/anual-2012.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

1601

1602 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1603 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2014. Disponível em:
1604 <http://www.abiec.com.br/download/anual-2014.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

1605

1606 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1607 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2016. Disponível em:
1608 <<http://www.abiec.com.br/download/anual-2016.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

1609

1610 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1611 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2017. Disponível em:
1612 <<http://www.abiec.com.br/download/anual-2017.pdf>>. Acesso em: 09 de out. de 2017.

1613

1614 ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE – ABIEC. Relatório de
1615 Exportações Brasileiras de Carne Bovina Brazilian Beef Exports. 2018. Disponível
1616 em:<<http://www.abiec.com.br/download/anual-2018.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. de
1617 2019.

1618

1619 BBC BRASIL. **Rússia confirma ampliação do embargo à carne brasileira.** 09 dezembro
1620 de 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/12/051209_russiaconfirmaembargo.shtml>. Acesso em: 20 de fev. de 2019.

1622

1623 BEEFPOINT. **UE registra novos casos de doença da “vaca louca”.** 27 de abril de 2010.
1624 Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/ueregistra-novos-casos-da-doenca-da-vaca-louca-62311/>>. Acesso em: 20 de nov. 2018.

1626

1627 BEEFPOINT. **MAPA: Rússia volta a importar carnes do MT, PR, RS e Japão pode
1628 começar em 2013.** 27 de abril de 2010. Disponível em: <<https://www.beefpoint.com.br/mapa-russia-volta-a-importar-carnes-do-mt-pr-rs-e-japao-pode-comecar-em-2013/>>.

1629

1630 Acesso em: 20 de fev. de 2019.

1631

1632 BEEFPOINT. **Argentina: após anos de restrições, país busca recuperação nas
1633 exportações de carne bovina.** 22 out. 2013. Disponível em:
1634 <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/argentina-apos-anos->

- 1635 derestricoes-pais-busca-recuperacao-nas-exportacoes-de-carne-bovina/>. Acesso em: 13
1636 nov. 2018.
- 1637 CONTINI, E.; TALAMINI, D. **Carnes do Brasil? A União Europeia estremece!** Revista de
1638 Política Agrícola, Brasília, n.1, p. 47-61, jan./fev./mar. 2005.
- 1639
- 1640 FOLHA UOL. **Rússia suspende embargo e volta a comprar carne de Santa Catarina.**
1641 **2004.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1711200427.htm>>.
1642 Acesso em: 20 de jan. de 2019.
- 1643
- 1644 GARCIA, D.C.C; SÁ, C.V.G.C.; McMANUS, C.M. et al. **Impactos do surto de febre aftosa**
1645 **de 2005 sobre as exportações de carne bovina brasileira.** Ciência animal brasileira,
1646 Goiânia, v.16, n.4, p. 525-537 out./dez. 2015.
- 1647
- 1648 GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4ª edição. 2002. São Paulo. Atlas S/A.
- 1649
- 1650 GLOBO RURAL. **Rússia suspende embargo à carne de MT, PR e RS.** Globo Rural, 28 de
1651 novembro de 2011. Disponível em: <
1652 [http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI325201-18530,00-](http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI325201-18530,00-RUSSIA+SUSPENDE+EMBARGO+A+CARNE+DE+MT+PR+E+RS.html)
1653 [RUSSIA+SUSPENDE+EMBARGO+A+CARNE+DE+MT+PR+E+RS.html](http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI325201-18530,00-RUSSIA+SUSPENDE+EMBARGO+A+CARNE+DE+MT+PR+E+RS.html)>. Acesso
1654 em: 20 de fev. de 2019.
- 1655
- 1656 GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de
1657 Empresas, 35(3), 20-29. 1995.
- 1658
- 1659 INTERNATIONAL FEDERATION OF ANIMAL HEALTH – IFAH. **The costs of animal**
1660 **disease.** Oxford Analytica. Disponível em:
1661 <[https://www.healthforanimals.org/component/attachments/attachments.html?task=atta](https://www.healthforanimals.org/component/attachments/attachments.html?task=attachment&id=34)
1662 [chment&id=34](https://www.healthforanimals.org/component/attachments/attachments.html?task=attachment&id=34)>. Acesso em: 09 de out. de 2017.
- 1663
- 1664 INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. **World Economic Outlook database.**
1665 Disponível em: [https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/download.](https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/download.aspx)
1666 [aspx](https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/download.aspx)>. Acesso em: 20 de jan. de 2019.
- 1667
- 1668 JORNAL ESTADÃO. **Febre aftosa leva Rússia a suspender compras de carnes no Brasil.**
1669 Brasília, setembro de 2004. Disponível em:
1670 <[https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,febre-aftosa-leva-russia-a-](https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,febre-aftosa-leva-russia-a-suspender-compras-de-carnes-do-brasil,20040917p753)
1671 [suspender-compras-de-carnes-do-brasil,20040917p753](https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,febre-aftosa-leva-russia-a-suspender-compras-de-carnes-do-brasil,20040917p753)>. Acesso em: 20 de fev. de
1672 2019.
- 1673
- 1674 JORNAL DO SENADO. **Surto de “vaca louca” na Europa tornou controle mais rígido.**
1675 Jornal do Senado. Ano XIV — Nº 2.746/160 — Brasília, 18 a 24 de fevereiro de 2008.
- 1676
- 1677 KUZMIN, V. **Rússia barra importação de carne da Austrália por uso de estimulador.**
1678 Gazeta Russa, 2014. Disponível em:
1679 <[http://gazetarussa.com.br/economia/2014/04/09/russia_barra_importacao_de_carn](http://gazetarussa.com.br/economia/2014/04/09/russia_barra_importacao_de_carn_e_da_australia_por_uso_de_estimulador_25051)
1680 [e_da_australia_por_uso_de_estimulador_25051](http://gazetarussa.com.br/economia/2014/04/09/russia_barra_importacao_de_carn_e_da_australia_por_uso_de_estimulador_25051)> Acesso em 16 nov. 2018.
- 1681
- 1682 MACEDO, L. O. B. **Investigação dos determinantes da rentabilidade das exportações de**
1683 **carne bovina brasileira no período 1995 a 2006.** Informações Econômicas. São Paulo,
1684 v. 37, n. 5, mai. 2007.

- 1685
1686 MARTINS, A.R.L.; ROCHA, R. S.; PORTZ, A.J. et al. **Uso da ivermectina na**
1687 **bovinocultura de corte do Brasil e seus impactos econômicos.** Coordenação de
1688 Controle de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do
1689 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2011. Disponível em:
1690 <http://www.sovergs.com.br/site/38conbravet/resumos/74.pdf>>. Acesso em 10 de out. de
1691 2017.
1692
- 1693 MAPA/AGE. CONTINI, Elisio; GASQUES, José Garcia; BELLONI, Marcelo Franco;
1694 LEONARDI, Renato Barros de Aguiar; VIANNA, Daniel Klinger; BASTOS; Eliana
1695 Teles. **Projeções do agronegócio: Brasil;** Assessoria de Gestão Estratégica. Ministério
1696 da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fevereiro 2006.
1697
1698
- 1699 MENDES, L. H; VELOSO, T. **Rússia já alivia embargo à carne bovina do Brasil.** Revista
1700 Valor Econômico, 21 de novembro de 2013. Disponível em:
1701 [https://www.valor.com.br/agro/3345634/russia-ja-alivia-embargo-carne-bovina-do-](https://www.valor.com.br/agro/3345634/russia-ja-alivia-embargo-carne-bovina-do-brasil)
1702 [brasil](https://www.valor.com.br/agro/3345634/russia-ja-alivia-embargo-carne-bovina-do-brasil). Acesso em: 20 de fev. de 2019.
1703
- 1704 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Cadeia**
1705 **produtiva da carne bovina.** Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de
1706 Cooperação para a Agricultura / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1707 Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007.
1708
- 1709 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
1710 **Projeções do Agronegócio – Brasil 2013/14 a 2023/24 – Projeções a longo prazo.**
1711 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Assessoria de Gestão Estratégica.
1712 Brasília : MAPA/ACS, 2014. 100 p.
1713
- 1714 MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MIDIC. Séries
1715 Históricas. Relatório de produtos: exportação. Disponível em:
1716 <[http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-](http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/series-historicas)
1717 [externo/series-historicas](http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/series-historicas)>. Acesso em 08 de out. de 2017.
1718
- 1719 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Barreiras sanitárias e fitossanitárias.**
1720 Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias)
1721 [economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias)>. Acesso
1722 em: 09 de out. de 2017.
1723
- 1724 MIRANDA, S.H.G. **Quantificação dos efeitos das Barreiras Não-Tarifárias sobre as**
1725 **exportações brasileiras de carne bovina.** Piracicaba. Tese Doutorado – Escola
1726 Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. 2001. 237p.
1727
- 1728 NUNES, A.; MOLINA, F. **União Europeia e as restrições para a importação da carne**
1729 **bovina brasileira.** Florianópolis: ONIAL, 2013. Disponível em:
1730 <[https://onial.wordpress.com/2013/08/19/uniao-europeia-e-as-restricoes-para-](https://onial.wordpress.com/2013/08/19/uniao-europeia-e-as-restricoes-para-aimportacao-da-carne-bovina-brasileira/)
1731 [aimportacao-da-carne-bovina-brasileira](https://onial.wordpress.com/2013/08/19/uniao-europeia-e-as-restricoes-para-aimportacao-da-carne-bovina-brasileira/)>. Acesso em: 17 nov. 2018.
1732
- 1733 PAULA, L. F. de; FERRARI FILHO, F. Desdobramentos da crise financeira internacional.
1734 Revista de Economia Política. São Paulo, v. 1, n.2, p. 315-335, abr./jun 2011.

- 1735
1736 PEIXOTO, M. **Rastreabilidade alimentar: reflexões para o caso da carne bovina.** Textos
1737 para discussão. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Centro de altos estudos.
1738 Brasília. Setembro, 2008.
1739
- 1740 PEROBELLI, F. S. **A cadeia da carne bovina no Brasil: uma análise de poder de mercado**
1741 **e teoria da informação.** São Paulo: FGV, 2007. Tese de Doutorado (Doutorado em
1742 Economia de Empresas). Fundação Getúlio Vargas, 2007.
1743
- 1744 SALANI, F. **Rússia embarga carnes brasileiras.** Folha de São Paulo. São Paulo, setembro
1745 de 2004. Disponível em:
1746 <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1809200404.htm>>. Acesso em: 20 de
1747 fev. de 2019.
1748
- 1749 SALVADOR, F. **Cai embargo russo à carne brasileira.** O Estado de São Paulo. São Paulo,
1750 23 de novembro de 2007. Disponível em:
1751 [https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cai-embargo-russo-a-carne-](https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cai-embargo-russo-a-carne-brasileira,84771)
1752 [brasileira,84771](https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cai-embargo-russo-a-carne-brasileira,84771). Acesso em: 20 de fev. de 2019.
1753
- 1754 SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. SECEX Disponível em:
1755 <[http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balancacomercial-brasileira-mensal-2)
1756 [exterior/balancacomercial-brasileira-mensal-2](http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balancacomercial-brasileira-mensal-2)>. Acesso em: 16 nov. 2018.
1757
- 1758 THUKRAL, N.; PATTON, D. **China busca carne bovina para saciar apetite da classe**
1759 **média.** Revista Exame. São Paulo. 18 mar. 2014. Disponível em:
1760 <[http://exame.abril.com.br/economia/china-busca-carne-bovina-para-saciar-apetiteda-](http://exame.abril.com.br/economia/china-busca-carne-bovina-para-saciar-apetiteda-classe-media-brasil-e-opcao/)
1761 [classe-media-brasil-e-opcao](http://exame.abril.com.br/economia/china-busca-carne-bovina-para-saciar-apetiteda-classe-media-brasil-e-opcao/)>. Acesso em: 16 nov. 2018.
1762
- 1763 UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTD. **A**
1764 **Commitment to Inclusive Trade.** Annual Report, 2016. Disponível em:
1765 https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/dom2017_en.pdf
1766
- 1767 UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **Brazil Livestock and**
1768 **Products Annual Annual Livestock 2015.** USDA Foreign Agricultural Service - Gain
1769 Report – Global Agricultural Information Network – Acesso em: 20/01/2019.
1770 Disponível em:
1771 https://www.nass.usda.gov/Publications/Ag_Statistics/2015/Chapter07.pdf
1772
- 1773 UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **Livestock and**
1774 **Poultry: World Markets and Trade.** Foreign Agricultural Service/USDA. Office of
1775 Global Analysis. April, 2017.
1776
- 1777 UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE – USDA. **Brazil Livestock and**
1778 **Products Annual Annual Livestock 2018.** USDA Foreign Agricultural Service - Gain
1779 Report – Global Agricultural Information Network. Disponível em:
1780 <[https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Livestock%20and%20Pro-](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Livestock%20and%20Products%20Annual_Brasilia_Brazil_12-21-2018.pdf)
1781 [ducts%20Annual_Brasilia_Brazil_12-21-2018.pdf](https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/Livestock%20and%20Products%20Annual_Brasilia_Brazil_12-21-2018.pdf)>. Acesso em: 20 de jan. de 2019.
1782
1783
1784